



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2021**



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil do Brasil S.A., bem como as demonstrações consolidadas abrangendo as empresas do conglomerado.

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Na conjuntura global, a economia continuou exibindo crescente nível de atividade econômica, com destaque para as economias chinesa, americana e da área do euro. Não obstante os riscos decorrentes de novas ondas de pandemia do coronavírus, projeções recentes apontam para crescimento do PIB mundial da ordem de 5,6%.

No Brasil, a recuperação econômica vem ocorrendo em ritmo superior ao inicialmente esperado pelos agentes econômicos, favorecida em grande parte pela demanda mundial de matérias-primas e produtos do agronegócio. O favorável nível de atividade alcançado no primeiro semestre tem fomentado projeções de crescimento anual do PIB da ordem de 4,6%.

Indicadores recentes apontam que o setor industrial, o comércio varejista e o setor de serviços continuaram em rota de recuperação no primeiro semestre. A safra agrícola também exhibe perspectivas de importante crescimento anual.

O dinamismo da atividade econômica recebeu robusta contribuição do comércio exterior. O superávit comercial no semestre foi de US\$ 37,5 bilhões, com importações e exportações somando US\$ 235,9 bilhões (recorde histórico), 29,8% superior ao mesmo período do ano anterior.

No que tange ao comportamento dos preços dos bens e serviços, constata-se que a inflação medida pelo IPCA posicionou-se em 3,8% no semestre, com projeções recentes da ordem de 6,8% para o ano vigente. Nesse contexto, está em curso novo ciclo de aumento da taxa Selic, visando manter a inflação sob controle. A taxa Selic, que chegou ao menor patamar histórico de 2,0% ao ano em agosto de 2020 e permaneceu nesse nível até o início de março de 2021, foi gradativamente elevada e posicionou-se em 4,25% ao ano em junho deste ano.

Quanto às perspectivas, não obstante o favorável ritmo de recuperação da economia, há desafios e incertezas a serem ultrapassados, como o risco de novas ondas do coronavírus, dificuldade de suprimentos de insumos industriais e eventual crise hídrica.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional evoluiu 4,8% no acumulado até junho. O segmento de pessoa física demonstrou maior vigor, com evolução de 6,9% no semestre, ante 1,2% em igual período do ano anterior. As provisões para risco de crédito mostraram-se em retração.

CONTEXTO CORPORATIVO E MERCADOLÓGICO

• Perfil Corporativo e Mercadológico

O Mercantil do Brasil caracteriza-se pela atuação mercadológica com preponderância em operações de crédito e demais serviços bancários voltados para o segmento de pessoas físicas, com especialização no crescente público de faixa etária madura, a chamada população 50+. A Instituição seguirá atendendo a todos, mas envidando destacados esforços para conquistar os clientes que recebem pelo INSS e pessoas com mais de 50 anos, de modo a se posicionar como o melhor ecossistema financeiro para esse público.

Ao comemorar seus quase 80 anos de mercado, o MB mantém-se atual e em constante evolução, com resultados que indicam ser possível combinar décadas de tradição com inovação e qualidade. Vem avançando em trabalho firme e determinado para ser cada vez mais um banco simples, próximo e reconhecido pelos clientes como um banco tecnológico. Disponibiliza crescente oferta de produtos e serviços ajustada à demanda de seus clientes, além de ser um banco cada vez mais digital.

O Mercantil do Brasil conhece bem seu cliente e entende que, paralelamente às inovações digitais, o atendimento presencial confere diferencial estratégico no relacionamento, sobretudo com beneficiários do INSS, público que se tornou prioritário para a Instituição e que está hoje no núcleo central da sua estratégia de crescimento.

É nesse contexto que o MB atingiu a expressiva marca de três milhões de clientes atendidos por canais de autosserviços digitais modernos e eficazes, além do atendimento presencial disponível em aproximadamente 290 unidades. Complementarmente, mantém seletivas parcerias com correspondentes bancários para originação de empréstimos consignados em folha de pagamento, com foco ostensivo nos beneficiários do INSS.

No semestre, o Mercantil do Brasil obteve novos importantes resultados na implementação de seus objetivos estratégicos, com crescimento vigoroso em vários campos, como expressiva expansão da carteira de crédito, expansão da base de clientes, crescimento na receita de colocação de seguros e ampliação da oferta de serviços, além da criação de empresa voltada exclusivamente para um novo salto tecnológico no atendimento e distribuição de produtos. Tudo isso de forma sustentável, com o cliente no centro da estratégia e atendimento de excelência.

Para tanto, o MB dispõe de um bem treinado quadro de Colaboradores, propiciando um ambiente organizacional favorável à destacada capacidade de inovação e de se adaptar ao cenário vigente em cada momento, com foco no cliente, ética sempre e em primeiro lugar. Os Colaboradores dispõem de favorável Clima Organizacional, adequados Programas de Treinamentos e Plano de Remuneração; trabalha com elevada motivação e cultiva o sentimento de pertencimento, impulsionando a obtenção de resultados consistentes e sustentáveis.

Nesse contexto, o reconhecimento das entidades especializadas em relações de consumo e de classe, que categorizam o Banco entre as melhores instituições no segmento bancário nacional em atendimento e melhores práticas no relacionamento com o cliente, confirmam o acerto das estratégias do Mercantil do Brasil. Mesmo diante de tantas transformações e adaptações vivenciadas nos últimos anos, as boas escolhas e dedicação



constante têm garantido ao MB reconhecimento por toda parte quando o assunto é Viver o Cliente.

É nesse ambiente que nas pesquisas de Imagem e Satisfação dos Clientes mais recentes os índices revelam grande satisfação dos clientes, com NPS em zona de excelência.

No último ano, o MB conseguiu também estender à toda a sua rede de pontos de atendimento físico a certificação na ISO 9001, comprovando a qualidade do modelo de atendimento aos clientes INSS.

Todas essas conquistas refletem os investimentos na capacitação de seus 3.004 colaboradores e em clima organizacional, que também proporcionaram o MB manter-se entre as melhores empresas para trabalhar em Minas Gerais.

Os bons resultados alcançados materializam todo o esforço empreendido, a lucidez dos administradores e a dedicação e determinação do corpo funcional, na busca obstinada para manter sua trajetória histórica de crescimento sustentável, ressaltando-se a valiosa parceria com o capital humano e clientes.

- **Premiações e Certificações**

Com ações direcionadas a proporcionar a melhor experiência e projetos voltados às melhores práticas de relacionamento com o cliente, o MB obteve importantes conquistas no primeiro semestre de 2021.

Alcançou o bicampeonato no Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente na categoria Bancos de Médio Porte. Nos últimos quatro anos, o MB tem sido finalista nessa premiação considerada o “Oscar” do Relacionamento com Clientes. As avaliações contemplaram qualidade do atendimento e prestação de serviços. Entre os critérios analisados estão o atendimento humano, os principais canais de contato e o desempenho no segmento de mercado. Em um momento onde o mundo passa por grandes transformações, esse reconhecimento reforça o compromisso do MB em fazer cada vez mais pelos seus clientes. Com trajetória de evolução constante, neste ano conquistou reconhecimento inédito na categoria especial Empresa do Ano, definida por votação popular.

Como resultado das ações de melhoria contínua direcionadas a proporcionar a melhor experiência de relacionamento aos clientes e usuários, o MB encerra o primeiro semestre de 2021 em patamar de Excelência na pesquisa NPS (*Net Promoter Score*), que fornece informações sobre fidelidade dos clientes e grau de satisfação com produtos e serviços.

Com foco em prestar um atendimento transparente, cortês e equitativo respeitando os interesses e os direitos do consumidor em todas as interações, o MB conquistou troféus prata e bronze no prêmio Abrarec, realizado pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente. A entidade analisa os relatos de atendimentos conforme categorias definidas. O Mercantil do Brasil foi finalista com os relatos de atendimentos da Ouvidoria da instituição e conquistou a prata na categoria “Mediador” e bronze na categoria “Consumidor.gov”.

No MB, a cultura interna é voltada para a eficiência operacional, o que tem gerado importantes transformações em termos de simplificação de processos e de modernização



para a empresa. Os projetos que comprovam esse movimento são muitos e dentre eles o Posto de Atendimento Móvel está pronto para atender demandas de indisponibilidade temporária de serviços das Agências.

O “PA Móvel”, em 2020, conquistou o ouro no prêmio Cliente SA, garantindo a participação em 2021 no prêmio LATAM. Na competição, também participaram empresas da Argentina, Colômbia, México e Paraguai. O Banco Mercantil do Brasil se destacou com o projeto e conquistou o troféu ouro na categoria “Líder em Estratégia Direcionada ao Cidadão”.

Esses reconhecimentos evidenciam o movimento que vem sendo realizado pelo MB de estabelecimento de uma visão diferenciada em termos de excelência no atendimento. Atender com excelência é relacionar-se com o cliente nos momentos em que ele precisar, e os Prêmios conquistados afirmam o cumprimento desse objetivo: tornar o MB disponível, sempre que necessário.

- **Canais de Atendimento e Inovação Digital**

O MB tem realizado relevantes investimentos em inovações tecnológicas e na evolução de canais de atendimento, visando incrementar a geração de negócios e proporcionar a melhor experiência de relacionamento com o cliente, oferecendo as melhores soluções, simplicidade, confiança e proximidade.

>> Criação da Domo Digital Tecnologia

A cada dia, tecnologias mais avançadas são aplicadas com mais intensidade, contribuindo decisivamente para a eficiência transacional e a eficácia comercial. Nesse sentido, no primeiro semestre, entrou em operação a empresa Domo Digital Tecnologia S.A., no âmbito do objetivo estratégico do MB de ser cada vez mais um banco tecnológico, além de avançar a atuação do Banco no ambiente digital.

>> Canais de Atendimento

O Mercantil do Brasil tem priorizado investimentos para a expansão dos diversos Canais de Atendimento, possibilitando aos clientes realização de transações financeiras, contratação de empréstimos, além de suporte a informações e solicitações. Esses investimentos contribuem, adicionalmente, para a redução de custos, aumento de eficiência e geração de receitas.

ATMs - é um dos canais priorizados em esforços e investimentos, para a disponibilidade e o aprimoramento da estrutura tecnológica, através da modernização do parque de ATMs e soluções de negócios que potencializam estratégias de marketing direcionadas à prospecção de clientes. Com mais de 27 milhões de diferentes transações realizadas desde o início de 2021, o autoatendimento foi responsável por 55% das contratações de produtos e serviços.

Aplicativo MB - o “AppMB” já responde por 45% de todas as transações realizadas, dispondo de amplas opções de produtos e serviços. Com mais de 38 milhões de transações realizadas em 2021, continua crescendo e garantindo facilidade. Por meio do “AppMB”, clientes podem abrir sua conta corrente e optar pelo relacionamento bancário 100% digital. Do total de produtos contratados, 17% foram realizados via app, sendo que 12%



se referem a empréstimos liberados pelo canal digital. No primeiro semestre, houve crescimento de 5% na representatividade do app em relação ao volume total de contratações de empréstimo, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Internet Banking - o *Internet Banking* oferece ao cliente uma agência completa, não importa onde esteja. Foram realizadas mais de 2 milhões de transações desde o início de 2021.

A evolução não para e, cada dia que passa, a MEL, assistente virtual do MB, está mais disponível na rede digital para incrementar a relação de atendimento aos clientes MB. No semestre, foram desenvolvidas novas funcionalidades e desde o final de fevereiro, a MEL informa aos clientes o andamento das solicitações, e, até mesmo, a descrição do atendimento via *Chat Web*. Essa funcionalidade também está disponível no *Chat* - área logada AppMB - e no Whatsapp.

“**MAX**” - na evolução da transformação digital e ante nosso histórico compromisso com as pessoas, lançamos a *chatbot* interno: o “**MAX**”. Utilizando inteligência artificial, ele interage com o time MB como uma ferramenta de pesquisa para os colaboradores, somando inovação, agilidade e qualidade para os negócios.

O **Call Center** consolidou seus processos de atendimento, adequando de forma rápida seus processos para atender, entender e resolver a solicitação do cliente no período de incertezas durante a pandemia. Nesse sentido, o MB continuou investindo no treinamento dos funcionários, visando aumentar a especialização e capacidade de resolutividade. De fato, o canal centraliza o atendimento humano de todos os canais digitais (Alô Mercantil - SAC, Reclame Aqui e Chat/WhatsApp), consolidando-se como canal de relacionamento do cliente com o Banco, através do qual atingiu-se um índice de 93% de resolutividade em 1º nível. No Banco, além da plataforma digital de atendimento (inteligência artificial -“MEL”), para aqueles clientes que querem falar com os nossos especialistas estamos disponíveis 24 horas nos 07 dias da semana.

- **Nível 1 de Governança Corporativa da B3**

Avançando no contínuo processo de incorporação das boas práticas de governança corporativa, o MB aderiu ao segmento Nível 1 de Governança Corporativa da B3.

>> Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC)

Com a adesão ao segmento especial de listagem Nível I da B3, o Mercantil do Brasil também tornou-se elegível e passou a integrar o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), ratificando seu compromisso com a sustentabilidade corporativa e maiores padrões de governança. É o MB criando mais valor e sustentabilidade para o negócio. Maiores informações estão disponíveis no site: <https://mercantildobrasil.com.br>.

>> Relatório de Sustentabilidade GRI

No semestre, o MB publicou o Relatório de Sustentabilidade com a metodologia do GRI, destacando suas principais realizações, projetos e o seu compromisso em se tornar cada vez mais transparente, sustentável e alinhado às boas práticas de governança.



- **Desenvolvimento Sustentável**

O Mercantil do Brasil aderiu ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas em julho de 2020, reforçando seu compromisso em contribuir para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável, unindo-se a outras empresas de destaque na maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.

No mesmo ano, o Mercantil juntou-se à Rede Desafio 2030, formada por organizações de destaque de Minas Gerais que se uniram a fim de ampliar a contribuição do setor privado para o cumprimento da Agenda 2030 da ONU, guiadas pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A busca ativa pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável beneficia as empresas por meio de inovações, oportunidades de negócios e desenvolvimento para a comunidade. Por isto, a Rede incentiva que seus membros alinhem estratégias de longo prazo a esses objetivos, direcionando esforços para atender, simultaneamente, às demandas dos acionistas e da sociedade em geral.

Parceira do Pacto Global, a Rede Desafio 2030 apoia projetos, iniciativas de educação e ações de promoção da sustentabilidade empresarial em Minas Gerais, buscando, assim, posicionar suas empresas como referências internacionais sobre o tema.

A agenda que o Banco propõe para alcançar os objetivos de suas diretrizes é ampla e busca favorecer toda a sociedade, já possuindo frentes de atuação alinhadas a esses propósitos.

- **Responsabilidade Socioambiental - Atuação Responsável**

O Mercantil do Brasil acredita que, para fazer a diferença, é fundamental investir em desenvolvimento humano. Por isso, apoia o desenvolvimento de iniciativas nas esferas da cultura, do esporte e da cidadania, com o objetivo de promover valores importantes para o desenvolvimento humano e que reforcem a atuação de cada cidadão como agente na construção de uma sociedade mais consciente. Além disso, o Banco apoia a realização de iniciativas aprovadas em mecanismos de incentivo fiscais – leis municipais e federais – em diversas frentes culturais e sociais.

Informações sobre os programas, projetos e ações na área de responsabilidade socioambiental, realizados e patrocinados pelo Mercantil do Brasil, poderão ser obtidas no site <https://mercantildobrasil.com.br>.

- **Capital Humano**

O Mercantil do Brasil reconhece a importância do Capital Humano para a implementação de seus objetivos estratégicos e já é tradição os investimentos em treinamentos, garantindo a todo o Time o conhecimento de produtos e processos, aspectos comportamentais e de liderança.

No semestre, deu continuidade ao movimento de transformação cultural iniciado em 2019, direcionando esforços para o fortalecimento de seu Propósito e Valores Organizacionais. Neste sentido, dispõe de frente estruturada de comunicação interna que

garante o alinhamento estratégico dos colaboradores e o fortalecimento do orgulho de pertencer ao time MB.

Sob a perspectiva da inovação e incentivo ao desenvolvimento contínuo, foi realizado *upgrade* da plataforma de aprendizagem, a Academia Mercantil. Uma versão com *layout* moderno, novas funcionalidades, como inserção de *podcasts* e atividades de gamificação do aprendizado, o que possibilitará maior interação e engajamento dos colaboradores nas atividades.

Foram registradas 45.086 participações em treinamentos, sendo 44.814 participações pela Academia Mercantil e 272 participações nos treinamentos presenciais/online internos e externos, totalizando 40.694 horas de treinamento, com a participação média da ordem de 12,90 horas de treinamento por funcionário.

Foi instituído novo modelo de *Onboarding* para novos colaboradores da Administração Central, apoiado por plataforma de referência no mercado. Além de todo o processo de contratação digital, o que contribui para a agilidade do processo e segurança das equipes no momento de Pandemia, o processo visa contribuir para um melhor acolhimento do colaborador e integração à empresa e a sua respectiva área de trabalho. Foi iniciado também o *Onboarding* de novo cargo, para “Gerentes Beneficiários INSS” recém-promovidos para essa posição de liderança. O Programa tem por objetivo apoiar e orientar os novos gerentes sobre as ferramentas e processos de gestão de pessoas do Mercantil do Brasil. Destaca-se, também, o lançamento de nova trilha de desenvolvimento na Academia Mercantil para todos os grupos de lideranças. A trilha "Jeito Mercantil de Liderar" é composta por 12 vídeos, que têm como objetivo provocar a reflexão e exemplificar com ferramentas práticas sobre os temas: Propósito e Papel, Bases da Liderança, Inteligência Emocional, Gestão do Tempo, Formando um Time, Treinando Pessoas, Gestão do Resultado, *Feedback*, Líder *Coach*, Autonomia e Delegação, Promotor da Cultura. Destaca-se, ainda, realização de turmas mensais do treinamento “Ambientação – Escriturários de Agência”, com foco nos escriturários de agência, com objetivo de treinar e desenvolver conhecimentos sobre os produtos e processos do MB e, também, o aperfeiçoamento do atendimento ao cliente.

Ainda dentro do programa “Jeito Mercantil de Liderar”, foi oferecido aos coordenadores o *workshop* sobre “Comunicação não violenta – como gerar diálogos com empatia”; e para os gerentes, foi ofertado o programa em Gestão Avançada. Na Academia Mercantil, foram lançados novos treinamentos sobre produtos e processos do MB, incluindo o CDB Prefixado.

Quanto à pandemia do coronavírus, o Mercantil do Brasil continua com todos os cuidados com seus colaboradores. No semestre, houve continuidade do trabalho no sistema de *home office*, mantendo-se o distanciamento social, na recente intensificação do quadro de pandemia do coronavírus, de cerca de 90% dos colaboradores não envolvidos em atividades essenciais presenciais, especialmente no atendimento aos clientes na rede de atendimento, sem prejuízo às atividades normais. Adicionalmente, o MB vem apoiando seus colaboradores com fornecimento de itens de proteção individual e orientações para o trabalho presencial e com publicações de boletins destinados a todos os colaboradores com orientações sobre cuidados com a saúde e riscos cibernéticos. Lançou no semestre o programa “Meu Bem-Estar”, que reúne dicas, recomendações, ações e iniciativas para tornar mais leve a rotina do colaborador e proporcionar o bem-estar de uma vida

equilibrada. Finalmente, vale citar o Programa de Apoio, totalmente sigiloso, que conta com apoio de profissionais qualificados, 7 dias por semana e 24 horas por dia, com ênfase no tripé: apoio psicológico, orientação jurídica e orientação social.

- **Gestão do Capital e de Riscos**

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos inerentes ao negócio e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e normas em vigor. Maiores informações estão disponíveis na nota explicativa nº 18.

Dispõe, também, de Estrutura de Gerenciamento de Riscos de crédito, operacional, de mercado, de variação de taxa de juros, de liquidez, socioambiental e demais riscos relevantes, em conformidade com as normas em vigor.

A instituição adota postura prospectiva quanto ao gerenciamento de riscos e ao gerenciamento de capital. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 26.

>> Limites Operacionais

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 16,43%, perante mínimo requerido de 9,625%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 18.

- **Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro**

Em sintonia com os dispositivos legais vigentes, o Mercantil do Brasil coopera com os órgãos reguladores para a prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem assim para a prevenção da utilização do sistema financeiro para atos ilícitos previstos na Lei nº 9.613/1998.

Neste contexto, possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo, destinados à prevenção e combate a referidos ilícitos, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.461/2009. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

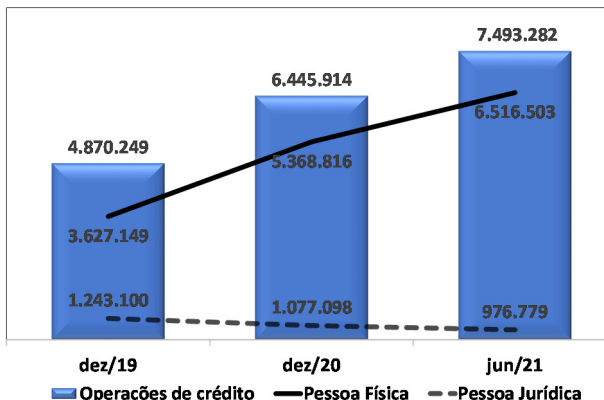
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

>> **Estrutura de Ativos, Passivos e de Resultado – Consolidados**

O ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 11,5 bilhões, crescimento de 7,6%. Os ativos circulantes atingiram R\$ 5,6 bilhões, crescimento de 4,8% em relação a dezembro de 2020. Os passivos de curto prazo somaram R\$ 3,6 bilhões, representando 64,6% dos ativos circulantes.

As aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários alcançaram o montante de R\$ 1,6 bilhão. Os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento somam R\$ 2,5 milhões, para os quais o Banco tem intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento, nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001.

As operações de crédito posicionaram-se em R\$ 7,5 bilhões, apresentando relevante crescimento de 16,2% comparativamente a dezembro de 2020 e 44,7% nos últimos doze meses, apesar do cenário adverso no período. Em consonância com as diretrizes estratégicas, observa-se nítida concentração de crescimento no segmento de pessoas físicas, com expansão de R\$ 1,14 bilhão no semestre, equivalente a 21,6% de elevação. As operações classificadas nas faixas de menor risco de crédito, de “AA” até “C”, representam 91,5% do total da carteira de crédito (89,2% de dezembro de 2020). A provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 5,7%, ante 7,2% em dezembro de 2020. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 07.



Captação de Recursos

Os recursos existentes foram captados no mercado interno, perfazendo o montante de R\$ 9,3 bilhões, com crescimento de 6,7% no semestre e de 5,5% nos últimos doze meses. Os depósitos a prazo perfazem R\$ 7,7 bilhões, crescimento de 5,7% no semestre e 16,2% nos últimos doze meses.

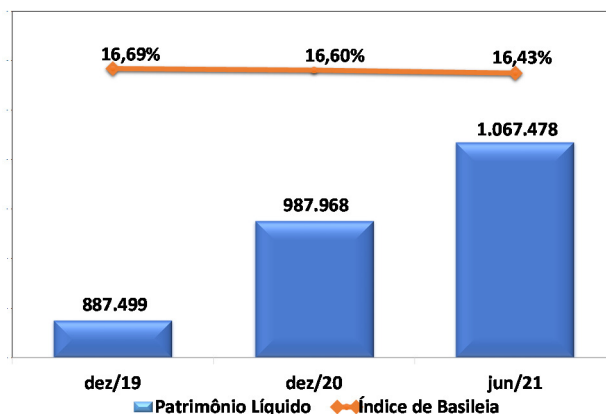
As captações através de Letras Financeiras posicionaram-se em R\$ 429,9 milhões. Desse total, R\$ 425,7 milhões estão contabilizadas na rubrica do Passivo “Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital” de que trata a Resolução CMN nº 4.192/2013, dos quais R\$ 234,9 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 46,5 milhões são instrumentos de dívida perpétua, elegíveis a capital complementar (Nível I).

• Patrimônio Líquido, Dividendos e Resultado

O Patrimônio Líquido do MB Múltiplo apresentou novo crescimento, alcançando a marca histórica de R\$ 1,1 bilhão.

No primeiro semestre de 2021, foram declarados dividendos aos acionistas, na forma de Juros sobre o Capital Próprio, no valor de R\$ 22,0 milhões, correspondente a um valor líquido de imposto de renda de R\$ 18,7 milhões, cabendo às ações ordinárias

R\$ 0,34420665 e às ações preferenciais R\$ 0,37862825 por ação, líquido do imposto de renda.



As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 1,2 bilhão (mesmo patamar de junho de 2020). As Receitas de Operações de Crédito e Operações de Venda ou Transferência de Ativos financeiros (cessão de crédito) alcançaram expansão de 19,6% sobre igual período de 2020.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira, deduzidas as Despesas com Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa, alcançou R\$ 979,0 milhões (R\$ 690,3 milhões em junho de 2020), evolução de 41,8%.

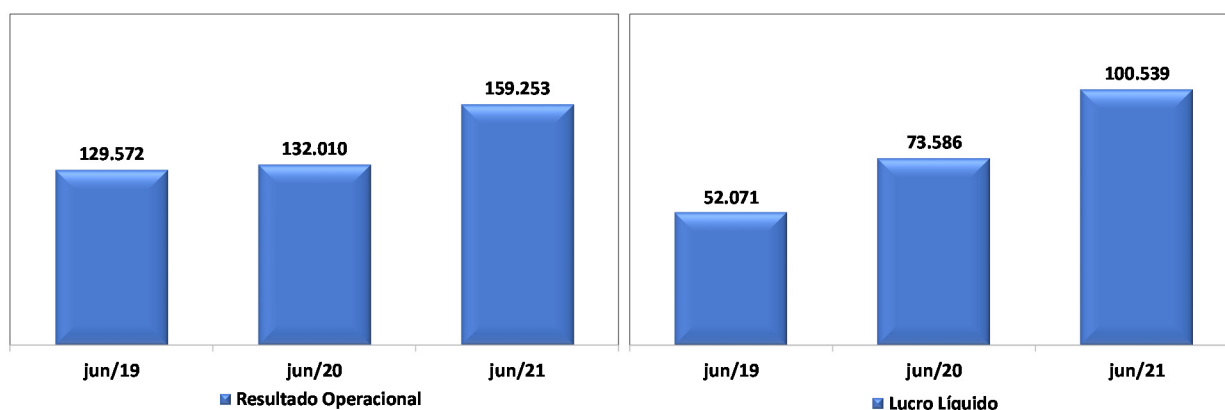
As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 167,4 milhões (R\$ 162,1 milhões em junho de 2020), crescimento de 3,2%.

As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R\$ 235,2 milhões (R\$ 216,5 milhões de junho de 2020), evolução nominal de 8,6% nos períodos sob comparação. Os dois itens de maior relevância, proventos de funcionários e encargos sociais, somaram R\$ 151,2 milhões, crescimento de 7,2%.

As Despesas Administrativas somaram R\$ 440,4 milhões (R\$ 322,9 milhões em junho de 2020), evolução nominal de 36,4%. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa 22.3.

O Resultado Operacional alcançou R\$ 159,2 milhões, crescimento de 20,6% na comparação com junho de 2020.

O Lucro Líquido posicionou-se em R\$ 100,5 milhões, apresentando expressiva elevação de 36,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, mantendo a trajetória de crescimento observada desde 2019, não obstante a relevante atipicidade do período.



PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

>> Investimento em controlada

No semestre, entrou em operação a empresa Domo Digital Tecnologia S.A. O investimento do Banco foi de R\$ 4,25 milhões.



Essa empresa tem como objeto, principalmente, explorar a atividade dos serviços de Tecnologia da Informação através da criação, desenvolvimento e licenciamento de programas e sistemas informatizados próprios ou de terceiros, dentre outros serviços.

As participações em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/2003, o Mercantil do Brasil e suas empresas controladas vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta oportunidade, agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores que mais uma vez demonstrou incondicional compromisso para com as metas e objetivos do Mercantil do Brasil.

Belo Horizonte, agosto de 2021.

Administração

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em R\$ mil

A T I V O	MB - Múltiplo		MB - Consolidado		P A S S I V O	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
	1º Semestre	Exercício	1º Semestre	Exercício		1º Semestre	Exercício	1º Semestre	Exercício
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	5.413.547	5.163.206	5.556.128	5.298.788	PASSIVO CIRCULANTE	3.575.908	3.018.238	3.586.863	3.018.031
DISPONIBILIDADES	1.248.634	1.426.300	1.248.637	1.426.303	DEPOSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	2.959.576	2.495.504	2.949.677	2.470.207
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.651.400	3.350.866	3.783.195	3.482.874	Depósitos (Nota 14.1.).....	2.705.172	2.126.964	2.700.987	2.158.634
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4.).....	445.279	645.977	416.267	645.977	Depósitos à Vista.....	497.282	446.610	494.062	443.055
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5.1.).....	328.556	164.045	382.482	199.716	Depósitos de Poupança.....	238.444	232.987	238.444	232.987
Carteira Própria.....	285.522	139.349	337.641	175.020	Depósitos Interfinanceiros.....	111.073	20.506	70.803	20.506
Vinculados à Prestação de Garantias.....	43.034	24.696	44.841	24.696	Depósitos a Prazo.....	1.858.373	1.426.861	1.892.311	1.462.086
Relações Interfinanceiras.....	127.127	82.531	127.127	82.531	Outros Depósitos.....	-	-	5.367	-
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....	15.033	1	15.033	1	Captações no Mercado Aberto (Nota 4.).....	106.683	220.219	74.108	146.853
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central (Nota 6.).....	112.094	82.470	112.094	82.470	Carteira de Terceiros.....	106.683	220.219	74.108	146.853
Créditos Vinculados - SFH - Sistema Financeiro da Habitação.....	-	60	-	60	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 14.2.).....	49.259	68.836	76.120	85.235
Relações Interdependências.....	2.736	1.984	2.736	1.984	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	49.259	68.836	76.120	85.235
Transferências Internas de Recursos.....	2.736	1.984	2.736	1.984	Relações Interfinanceiras.....	84.546	56.271	84.546	56.271
Operações de Crédito (Nota 7.1.).....	2.670.110	2.387.325	2.777.070	2.483.751	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....	71.736	49.304	71.736	49.304
Setor Privado.....	2.820.556	2.559.844	2.930.572	2.659.542	Obrigações Vinculadas.....	-	4.003	-	4.003
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	(150.446)	(172.519)	(153.502)	(175.791)	Correspondentes.....	12.810	2.964	12.810	2.964
Outros Créditos.....	77.592	69.004	77.513	68.915	Relações Interdependências.....	6.059	16.758	6.059	16.758
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos (Nota 7.1.).....	19.000	17.032	19.000	17.032	Recursos em Trânsito de Terceiros.....	6.059	16.758	6.059	16.758
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.).....	8.137	9.020	8.137	9.020	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.).....	3.041	2.857	3.041	2.857
Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamentos (Nota 7.1.).....	103.394	93.079	103.315	92.990	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 14.3.).....	4.816	3.599	4.816	3.599
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	(52.939)	(50.127)	(52.939)	(50.127)	PASSIVOS FISCAIS	32.684	38.994	38.465	44.002
OUTROS ATIVOS	513.513	386.040	524.296	389.611	Passivos Fiscais Correntes.....	32.056	34.383	37.837	39.391
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda (Nota 10.7.).....	81.582	105.437	81.582	105.443	Passivos Fiscais Diferidos.....	628	4.611	628	4.611
Outros Valores e Bens.....	131.000	181.638	131.002	181.647	OUTROS PASSIVOS	583.648	483.740	598.721	503.822
(Provisão para Desvalorizações).....	(49.418)	(76.201)	(49.420)	(76.204)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 16.1.).....	21.725	430	21.873	430
Despesas Antecipadas (Nota 10.8.).....	35.270	31.057	38.225	33.545	Câmbio Vendido a Liquidar.....	1.922	415	1.922	415
Outros Créditos.....	396.661	249.546	404.489	250.623	Obrigações por Compra de Câmbio.....	57.076	55.945	57.076	55.945
Câmbio Comprado a Liquidar.....	87.853	90.075	87.853	90.075	(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 7.1.).....	(55.583)	(55.583)	(55.583)	(55.583)
Direitos sobre Vendas de Câmbio.....	1.917	414	1.917	414	Sociais e Estatutárias (Nota 16.2.).....	40.634	53.091	42.130	56.201
(Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos).....	(221)	(52)	(221)	(52)	Negociação e Intermediação de Valores.....	971	523	2.654	7.734
Rendas a Receber (Nota 10.5.).....	1.538	12.453	1.530	736	Obrigações por Convênios Oficiais (Nota 16.3.).....	229.116	186.310	229.116	186.310
Negociação e Intermediação de Valores.....	1.260	378	3.178	2.289	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos.....	4.519	8.359	5.012	8.683
Impostos a Compensar (Nota 10.2.).....	896	767	4.670	3.967	Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	70.786	48.171	76.075	54.030
Pagamentos a Fornecedor (Nota 10.3.).....	30	28	30	28	Cretores Diversos - País (Nota 16.4.).....	211.372	184.046	217.390	188.028
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito (Nota 10.4.).....	263.769	93.841	266.217	101.382	Outros.....	1.110	2.033	1.056	1.629
Adiantamentos e Antecipações Salariais.....	6.037	744	6.213	785					
Devedores Diversos (Nota 10.6.).....	25.000	42.986	25.307	43.233					
Outros.....	8.582	7.912	8.795	8.460					
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	-	-	(1.000)	(694)					

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em R\$ mil

A T I V O	MB - Múltiplo		MB - Consolidado		P A S S I V O	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
	1º Semestre	Exercício	1º Semestre	Exercício		1º Semestre	Exercício	1º Semestre	Exercício
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.110.277	5.539.668	5.974.696	5.419.575	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.880.438	6.696.668	6.830.919	6.666.425
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	4.628.152	4.057.275	4.930.267	4.342.263	DEPOSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	6.510.018	6.377.109	6.409.924	6.293.393
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4.).....	5.140	5.047	5.140	5.047	Depósitos (Nota 14.1.).....	6.087.333	5.960.085	5.987.239	5.876.369
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5.1.).....	639.932	839.159	774.265	963.404	Depósitos Interfinanceiros.....	127.825	6.247	127.825	6.247
Carteira Própria.....	471.937	704.222	601.548	822.019	Depósitos a Prazo.....	5.959.508	5.953.838	5.859.414	5.870.122
Vinculados ao Banco Central.....	-	4.014	-	4.014	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 14.2.).....	1.740	3.260	1.740	3.260
Vinculados à Prestação de Garantias.....	167.995	130.923	172.717	137.371	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	1.740	3.260	1.740	3.260
Operações de Crédito (Nota 7.1.).....	3.978.769	3.208.596	4.146.551	3.369.339	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.).....	1	107	1	107
Setor Privado.....	4.198.676	3.438.845	4.371.475	3.604.916	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 14.3.).....	420.944	413.657	420.944	413.657
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	(219.907)	(230.249)	(224.924)	(235.577)	PROVISÕES	244.922	242.171	287.811	286.050
Outros Créditos.....	4.311	4.473	4.311	4.473	Provisão para Outros Passivos (Nota 15.a.).....	244.922	242.171	287.811	286.050
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.).....	5.200	6.831	5.200	6.831	PASSIVOS FISCAIS	-	-	2.562	2.726
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	(889)	(2.358)	(889)	(2.358)	Passivos Fiscais Diferidos.....	-	-	2.562	2.726
TRIBUTOS DIFERIDOS	520.098	535.678	539.540	555.377	OUTROS PASSIVOS	125.248	77.076	130.372	83.944
Créditos Tributários (Nota 9.).....	520.098	535.678	539.540	555.377	Provisão para Pagamentos a Eletuar.....	105.724	55.005	110.848	61.873
OUTROS ATIVOS	194.951	215.467	249.957	274.408	Outros.....	19.524	22.071	19.524	22.071
Despesas Antecipadas (Nota 10.8.).....	25.233	34.296	27.102	37.374	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	250	312	250	312
Outros Créditos.....	169.718	181.171	222.855	237.034	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17.)	1.067.478	987.968	1.113.042	1.033.907
Rendas a Receber (Nota 10.5.).....	-	7.000	-	7.000	Capital Social (Nota 17.1.).....	492.708	492.708	492.708	492.708
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 10.1.).....	135.368	133.155	174.121	175.198	Reservas de Capital (Nota 17.2.).....	43.375	43.375	43.375	43.375
Impostos a Compensar (Nota 10.2.).....	8.509	8.472	11.180	10.699	Reservas de Reavaliação.....	113	117	113	117
Pagamentos a Ressarcir (Nota 10.3.).....	531	519	1.549	1.532	Reservas de Lucros (Nota 17.2.).....	541.621	463.107	541.621	463.107
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito (Nota 10.4.).....	33.704	40.419	45.705	52.305	Reserva Legal.....	83.490	78.463	83.490	78.463
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	(8.394)	(8.394)	(9.700)	(9.700)	Reservas Estatutárias.....	458.131	384.644	458.131	384.644
INVESTIMENTOS	532.550	496.384	2.488	2.112	Para Pagamento de Dividendos.....	30.918	23.569	30.918	23.569
Participações em Controladas - No País (Nota 11.).....	577.535	541.744	-	-	Para Aumento de Capital.....	427.213	361.075	427.213	361.075
Outros Investimentos.....	3.049	2.674	3.881	3.496	Outros Resultados Abrangentes.....	(10.339)	(11.339)	(10.339)	(11.339)
(Provisões para Perdas).....	(48.034)	(48.034)	(1.393)	(1.384)	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	(10.339)	(11.339)	(10.339)	(11.339)
IMOBILIZADO (Nota 12.)	164.881	165.631	182.778	176.153	Participação dos Não Controladores.....	-	-	45.564	45.939
Imóveis de Uso.....	18.261	18.261	27.857	23.922	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.523.824	10.702.874	11.530.824	10.718.363
Outras Imobilizações de Uso.....	326.445	310.367	336.850	316.807					
(Depreciação Acumulada).....	(179.825)	(162.997)	(181.929)	(164.576)					
INTANGÍVEL (Nota 13.)	69.645	69.233	69.666	69.262					
Ativos Intangíveis.....	178.970	171.059	179.319	171.408					
(Amortização Acumulada).....	(109.325)	(101.826)	(109.653)	(102.146)					
TOTAL DO ATIVO	11.523.824	10.702.874	11.530.824	10.718.363					

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

Em R\$ mil

	MB Múltiplo		MB Consolidado	
	1º Semestre		1º Semestre	
	2021	2020	2021	2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	1.201.041	1.192.115	1.229.433	1.224.982
Operações de Crédito (Nota 21.1.).....	1.027.740	902.923	1.052.344	931.872
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	24.332	73.643	28.120	77.561
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.2.).....	29.817	133.465	29.817	133.465
Resultado de Operações de Câmbio.....	(1.175)	33.689	(1.175)	33.689
Resultado das Aplicações Compulsórias.....	1.481	1.411	1.481	1.411
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.).....	118.846	46.984	118.846	46.984
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(107.037)	(369.479)	(105.755)	(370.262)
Operações de Captação no Mercado (Nota 21.2.).....	(106.787)	(359.109)	(105.406)	(359.145)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses.....	(102)	(9.101)	(102)	(9.101)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.).....	(148)	(1.269)	(247)	(2.016)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	1.094.004	822.636	1.123.678	854.720
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (Nota 7.2.).....	(138.757)	(159.866)	(144.630)	(164.385)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	955.247	662.770	979.048	690.335
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS.....	(805.124)	(539.773)	(819.794)	(558.325)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 22.1.).....	116.747	138.541	167.382	162.108
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas.....	23.118	15.663	73.750	39.166
Rendas de Tarifas Bancárias.....	93.629	122.878	93.632	122.942
Resultado de Participações em Controladas (Nota 11.a.).....	32.064	12.804	-	-
Equivalência Patrimonial.....	32.064	12.804	-	-
Despesas de Pessoal (Nota 22.2.).....	(221.340)	(204.130)	(235.218)	(216.552)
Outras Despesas Administrativas (Nota 22.3.).....	(430.359)	(312.862)	(440.370)	(322.891)
Despesas Tributárias (Nota 22.4.).....	(66.796)	(51.649)	(74.616)	(55.145)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22.5.).....	30.934	33.906	34.042	36.249
Outras Despesas Operacionais (Nota 22.6.).....	(266.374)	(156.383)	(271.014)	(162.094)
RESULTADO OPERACIONAL.....	150.123	122.997	159.254	132.010
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 23.).....	(3.361)	(12.829)	(3.401)	(12.823)
Receitas.....	7.034	30.800	7.052	30.857
Despesas.....	(10.395)	(43.629)	(10.453)	(43.680)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....	146.762	110.168	155.853	119.187
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24.).....	(29.493)	(25.132)	(36.339)	(32.593)
Provisão para Imposto de Renda.....	(10.079)	(4.609)	(14.871)	(8.086)
Provisão para Contribuição Social.....	(7.612)	(3.687)	(9.491)	(5.273)
Ativo Fiscal Diferido (Nota 9.b.).....	(11.802)	(16.836)	(11.977)	(19.234)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....	(16.730)	(11.450)	(18.600)	(12.399)
Administradores.....	(1.748)	-	(3.216)	(750)
Empregados.....	(14.982)	(11.450)	(15.384)	(11.649)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	-	-	(375)	(609)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....	100.539	73.586	100.539	73.586
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)				
Ações ordinárias.....	1,9181	1,4039		
Ações preferenciais.....	1,9181	1,4039		
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)				
Ações ordinárias.....	62.488	45.736		
Ações preferenciais.....	38.051	27.850		
Número de Ações em Circulação - básico e diluído				
Ações ordinárias.....	32.577.872	32.577.872		
Ações preferenciais.....	19.837.918	19.837.918		

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

Em R\$ Mil

	MB Múltiplo		MB Consolidado	
	1º Semestre		1º Semestre	
	2021	2020	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....	100.539	73.586	100.539	73.586
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	1.000	(5.027)	1.000	(5.027)
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO.....	(401)	278	(401)	278
Títulos Disponíveis para Venda - Próprios.....	(405)	(459)	(405)	(459)
Títulos Disponíveis para Venda - De Controladas (MEP).....	(178)	531	(178)	531
Efeito Fiscal.....	182	206	182	206
ITENS QUE NÃO SERÃO POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO.....	1.401	(5.305)	1.401	(5.305)
Ajustes de Avaliação Atuarial.....	2.547	(9.646)	2.547	(9.646)
Efeito Fiscal.....	(1.146)	4.341	(1.146)	4.341
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO SEMESTRE, LÍQUIDO DE IMPOSTOS.....	101.539	68.559	101.539	68.559
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO SEMESTRE.....	101.539	68.559	101.539	68.559
Lucro Atribuível ao Controlador.....	101.539	68.559	101.164	67.950
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores.....	-	-	375	609

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

Em R\$ mil

	CAPITAL	RESERVAS DE		RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	REALIZADO	CAPITAL	REAVALIAÇÃO CONTROLADAS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS					
SALDOS EM 01/01/2021	492.708	43.375	117	78.463	384.644	(11.339)	-	987.968	45.939	1.033.907
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	1.000	-	1.000	-	1.000
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	(4)	-	-	-	4	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	100.539	100.539	375	100.914
VARIAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	-	-	(750)	(750)
DESTINAÇÕES:										
Reservas (Nota 17.2.)	-	-	-	5.027	73.487	-	(78.514)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 17.2.)	-	-	-	-	-	-	(22.029)	(22.029)	-	(22.029)
SALDOS EM 30/06/2021	492.708	43.375	113	83.490	458.131	(10.339)	-	1.067.478	45.564	1.113.042
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	(4)	5.027	73.487	1.000	-	79.510	(375)	79.135
SALDOS EM 01/01/2020	492.708	43.375	126	70.911	295.047	(14.668)	-	887.499	44.335	931.834
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	(5.027)	(1.037)	(6.064)	-	(6.064)
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	(4)	-	-	-	4	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	73.586	73.586	609	74.195
VARIAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	-	-	762	762
DESTINAÇÕES:										
Reservas (Nota 17.2.)	-	-	-	3.627	68.926	-	(72.553)	-	-	-
SALDOS EM 30/06/2020	492.708	43.375	122	74.538	363.973	(19.695)	-	955.021	45.706	1.000.727
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	(4)	3.627	68.926	(5.027)	-	67.522	1.371	68.893

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Método Indireto

Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

Em R\$ mil

	MB - Consolidado			
	1º Semestre		1º Semestre	
	2021	2020	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	146.762	110.168	155.853	119.187
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	183.586	271.094	224.463	291.846
Despesas de Juros e Variação Cambial de Dívidas Subordinadas	-	228.742	-	228.742
Ajuste a Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge.....	-	(153.273)	-	(153.273)
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	(1.766)	-	(1.766)
Despesas com Provisão Fiscais, Cíveis e Trabalhistas.....	43.063	14.180	45.208	16.505
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.....	78	184	78	184
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	138.757	159.866	144.630	164.385
Provisão / (Reversão) para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos.....	9.969	(15.750)	9.969	(15.750)
Depreciações e Amortizações.....	30.253	25.917	30.786	26.023
Atualizações Monetárias Ativas.....	(1.197)	(1.646)	(1.354)	(1.963)
Resultado de Participações em Controladas.....	(32.064)	(12.804)	-	-
Perda de Ativo Intangível.....	699	2	699	2
(Ganho) / Perda na Alienação de Bens e Investimentos.....	(5.972)	27.442	(5.975)	27.435
Perda de Capital em Controlada.....	-	-	47	-
Resultado de Participação dos Não Controladores.....	-	-	375	609
Outros.....	-	-	-	713
Lucro Líquido Ajustado.....	330.348	381.262	380.316	411.033
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	84.343	114.175	72.564	134.990
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos....	(10.743)	(21.334)	(39.281)	(51.442)
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras.....	(16.321)	(9.981)	(16.321)	(9.981)
Redução (Aumento) em Relações Interdependências.....	(11.451)	(18.040)	(11.451)	(18.040)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito.....	(1.205.155)	(518.494)	(1.228.624)	(541.174)
Redução (Aumento) em Outros Créditos.....	(161.172)	(91.324)	(153.985)	(94.945)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens.....	4.510	16.572	5.254	18.601
Aumento (Redução) em Depósitos.....	705.456	723.721	653.223	700.688
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto.....	(113.536)	(149.887)	(72.745)	(135.626)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(21.097)	(67.588)	(10.635)	(59.370)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações.....	118.564	11.401	107.722	16.663
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros.....	(62)	(78)	(62)	(79)
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações.....	(296.316)	370.405	(314.025)	371.318
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(18.315)	-	(24.106)	(3.757)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais.....	(314.631)	370.405	(338.131)	367.561
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda.....	98.959	223.414	98.959	223.414
Alienação de Títulos Mantidos até o Vencimento.....	-	44.675	-	44.675
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	33.982	45.713	34.012	45.741
Alienação de Imobilizado de Uso.....	19	6	119	6
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(53.723)	(135.649)	(53.723)	(135.649)
Aquisição de Títulos Mantidos até o Vencimento	-	(64.405)	-	(64.405)
Integralização de Capital em Controlada.....	(4.250)	-	-	-
Aquisição de Investimentos.....	(375)	(316)	(375)	(316)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(19.927)	(54.910)	(27.926)	(56.430)
Aplicações no Intangível.....	(11.049)	(11.461)	(11.049)	(11.461)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.....	11.979	8.016	-	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento.....	55.615	55.083	40.017	45.575
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Principal e Juros Pagos sobre as Captações no Exterior	-	(47.544)	-	(47.544)
Imposto de Renda sobre Dívidas Subordinadas.....	-	(3.912)	-	(3.912)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Recebidos.....	-	31.231	-	31.231
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	6.500	35.845	6.500	35.845
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(41.412)	(33.312)	(43.105)	(35.221)
Aumento de Capital - Acionistas não Controladores.....	-	-	-	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento.....	(34.912)	(17.692)	(36.605)	(19.601)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	(293.928)	407.796	(334.719)	393.535
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Semestre.....	1.831.679	2.452.274	1.905.048	2.534.917
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	1.766	-	1.766
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Semestre.....	1.537.751	2.861.836	1.570.329	2.930.218
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	(293.928)	407.796	(334.719)	393.535

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

Em R\$ mil

	1º Semestre		MB - Consolidado	
	1º Semestre		1º Semestre	
	2021	2020	2021	2020
1 - RECEITAS.....	915.173	1.017.249	987.057	1.065.221
Intermediação Financeira.....	1.201.041	1.192.115	1.229.433	1.224.982
Prestação de Serviços.....	116.747	138.541	167.382	162.108
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(138.757)	(159.866)	(144.630)	(164.385)
Outras	(263.858)	(153.541)	(265.128)	(157.484)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(107.037)	(369.479)	(105.755)	(370.262)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(359.467)	(250.585)	(367.992)	(260.409)
Materiais, Energia e Outros	(23.820)	(19.877)	(24.439)	(19.945)
Serviços de Terceiros	(227.168)	(130.847)	(230.216)	(135.909)
Outros	(108.479)	(99.861)	(113.337)	(104.555)
Comunicações	(7.335)	(5.764)	(7.525)	(5.764)
Processamento de Dados	(42.395)	(35.926)	(43.871)	(37.474)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(6.236)	(4.016)	(7.644)	(4.884)
Serviços do Sistema Financeiro	(7.547)	(7.416)	(7.370)	(7.700)
Transportes	(16.677)	(21.423)	(16.780)	(21.469)
Outros	(28.289)	(25.316)	(30.147)	(27.264)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	448.669	397.185	513.310	434.550
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(30.253)	(25.917)	(30.786)	(26.023)
Depreciações e Amortizações	(30.253)	(25.917)	(30.786)	(26.023)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	418.416	371.268	482.524	408.527
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	32.064	12.804	-	-
Resultado de Participações em Controladas	32.064	12.804	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	450.480	384.072	482.524	408.527
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	450.480	384.072	482.524	408.527
Pessoal	181.225	167.829	194.622	178.245
Remuneração Direta	132.265	117.549	144.179	127.114
Benefícios	38.854	38.461	39.964	39.124
F.G.T.S	10.106	11.819	10.479	12.007
Impostos, Taxas e Contribuições	128.077	106.297	145.396	119.628
Federais	119.007	96.935	131.917	109.378
Estaduais	807	10	3.622	16
Municipais	8.263	9.352	9.857	10.234
Remuneração de Capitais de Terceiros	40.639	36.360	41.592	36.459
Aluguéis	40.639	34.968	41.592	35.067
Arrendamento Mercantil	-	1.392	-	1.392
Remuneração de Capitais Próprios	100.539	73.586	100.914	74.195
Juros sobre o Capital Próprio	22.029	-	22.029	-
Lucros Retidos do Semestre.....	78.510	73.586	78.510	73.586
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	375	609

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (MB Múltiplo ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, e realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 42 agências e 244 Postos de Atendimento, e um quadro de 3.004 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento. A sede do Banco está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes às provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 11/08/2021.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2021 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e Instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, (MB Consolidado), relacionadas abaixo:

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas diretamente:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Jun / 2021	Dez / 2020
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Banco de investimento	91,53	91,53
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	Administração, corretagem de seguros em geral e de previdência privada e correspondente bancário	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ^(I)	Serviços de Tecnologia da Informação	98,17	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace Empreendimentos Imobiliários S.A. ^(II)	Empreendimentos Imobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	Financeira	85,95	85,95
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	Imobiliária e agronegócios	100,00	100,00

^(I) Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil do Brasil Financeira S.A.- Crédito, Financiamento e Investimentos (Vide nota nº 11).

^(II) Denominação social anterior: Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A., alterada pela AGE de 23/04/2021

Controladas indiretamente:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Jun / 2021	Dez / 2020
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora de créditos financeiros	100,00	100,00
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.	Corretagem de seguros	85,57	79,79
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	Negócios imobiliários	100,00	100,00

^(I) No primeiro trimestre de 2021, a controlada Mercantil do Brasil Financeira adquiriu 3.631.878 ações ordinárias de emissão da controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A, representando um acréscimo de 5,78% na participação societária indireta do Banco.

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas**a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As operações de crédito rural securitizadas são garantidas por títulos do tesouro nacional e a avaliação do risco de crédito do principal e dos respectivos juros está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/99.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- I. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- II. Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigação, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- III. Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, na data da negociação, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

A Resolução CMN nº 3.533/08 estabelece critérios para o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações apropriadas de maneira "*pro rata temporis*" (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.748/19, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 8.

- Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

A Resolução CMN nº 4.803/20, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855/20, editada em caráter temporário e com aplicabilidade até dezembro 2020, devido à pandemia da Covid-19, foi aplicada pelo Banco, adotando-se a prerrogativa de se manter as operações reestruturadas no mesmo nível de risco em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, mediante as premissas estabelecidas na norma.

c) Conversão de moeda estrangeira

• Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco, bem como das empresas Controladas, diretas ou indiretamente, que compõem o conglomerado estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

• Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 30 de junho de 2021, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,0022 (Em 31 de dezembro de 2020: US\$ 1,00 = R\$ 5,1967).

d) Impostos e Contribuições

• Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

• Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15% até fevereiro de 2020 e 20% a partir de março de 2020, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 103/2019. Com a edição da Medida Provisória nº 1.034/2021, a alíquota da contribuição social é majorada em 5%, passando para 25% no período de julho a dezembro de 2021, para o setor bancário.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

e) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dação em pagamento.

Estão reconhecidos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.747/19, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do bem.

Os Ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

f) Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados, está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis – 4,00%, móveis e utensílios, equipamentos – 10,00% e sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos – 20,00%.

h) Intangível

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 3.566/08, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- I. Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- II. Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- III. Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais

processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.

- IV. Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

k) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

l) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no período (vide nota nº 17.3.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

m) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.706/18 da seguinte forma:

- I. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.
- II. Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

n) Benefícios a empregados

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

o) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa são como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Jun / 2020	Jun / 2021	Jun / 2020
Disponibilidades	1.248.634	1.282.127	1.248.637	1.282.130
Aplicações interfinanceiras de liquidez	289.117	1.579.709	321.692	1.648.088
Total	1.537.751	2.861.836	1.570.329	2.930.218

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Dez / 2020	Jun / 2021	Dez / 2020
Aplicações no mercado aberto	395.800	625.598	395.800	625.598
Posição bancada	289.117	405.379	321.692	478.745
Letras Financeiras do Tesouro	233.317	403.281	265.892	476.646
Letras do Tesouro Nacional	55.800	2.098	55.800	2.099
Posição financiada	106.683	220.219	74.108	146.853
Letras Financeiras do Tesouro	106.683	220.219	74.108	146.853
Aplicações em depósitos interfinanceiros	54.619	25.426	25.607	25.426
Total	450.419	651.024	421.407	651.024
Circulante	445.279	645.977	416.267	645.977
Não circulante	5.140	5.047	5.140	5.047

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo “captação no mercado aberto”, que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**5.1. Títulos e valores mobiliários**

MB – Múltiplo				
Descrição	Jun / 2021		Dez / 2020	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos / Vencimentos				
Títulos Disponíveis para Venda	972.930	968.488	1.011.318	1.003.204
Letras Financeiras do Tesouro	970.130	965.688	1.003.179	999.134
De 31 a 60 dias	-	-	98.130	98.118
De 61 a 90 dias	66.465	66.454	-	-
De 181 dias a 1 ano	261.664	261.519	65.625	65.595
De 1 a 2 anos	69.279	69.240	326.736	326.437
De 3 a 4 anos	339.783	337.535	335.491	334.053
De 4 a 5 anos	108.839	107.571	-	-
De 5 a 10 anos	124.100	123.369	177.197	174.931
Debêntures	2.800	2.800	8.139	4.070
De 61 a 90 dias	-	-	107	107
De 91 a 180 dias	348	348	-	-
De 181 dias a 1 ano	235	235	227	227
De 1 a 2 anos	1.883	1.883	-	-
De 2 a 3 anos	-	-	7.805	3.736
De 3 a 4 anos	334	334	-	-
Total Geral	972.930	968.488	1.011.318	1.003.204
Total Contábil	-	968.488	-	1.003.204
Circulante	-	328.556	-	164.045
Não circulante	-	639.932	-	839.159

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

MB – Consolidado				
Descrição	Jun / 2021		Dez / 2020	
Títulos / Vencimentos	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos Disponíveis para Venda	1.153.041	1.154.254	1.162.935	1.160.375
Cotas de Fundos de Investimento	17.579	17.579	17.390	17.390
Indeterminado	17.579	17.579	17.390	17.390
Cotas de Fundos em Participações	5.373	5.373	5.388	5.388
Indeterminado	5.373	5.373	5.388	5.388
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	4.722	4.722	4.664	4.664
De 5 a 10 anos	4.722	4.722	4.664	4.664
Cotas de Fundo Imobiliário	27.313	33.294	28.549	34.530
De 5 a 10 anos	27.313	33.294	28.549	34.530
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	14.953	14.953	-	-
De 181 dias a 1 ano	3.100	3.100	-	-
De 2 a 3 anos	11.853	11.853	-	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	40.311	40.313	22.353	22.241
De 61 a 90 dias	-	-	575	575
De 91 a 180 dias	1.257	1.257	-	-
De 181 dias a 1 ano	7.802	7.802	5.610	5.610
De 1 a 2 anos	203	205	205	203
De 2 a 3 anos	17.500	17.500	12.025	12.025
De 3 a 4 anos	3.674	3.674	3.938	3.828
De 4 a 5 anos	9.875	9.875	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	31.528	31.713	33.572	33.381
De 61 a 90 dias	-	-	237	237
De 91 a 180 dias	253	253	-	-
De 181 dias a 1 ano	1.461	1.461	1.605	1.605
De 2 a 3 anos	9.025	9.025	10.126	10.126
De 3 a 4 anos	1.651	1.651	2.120	2.057
De 4 a 5 anos	2.871	2.871	2.791	2.791
De 5 a 10 anos	1.920	1.920	2.543	2.500
Acima de 10 anos	14.347	14.532	14.150	14.065
Letras Financeiras do Tesouro	983.978	979.526	1.016.852	1.012.791
De 31 a 60 dias	-	-	98.130	98.118
De 61 a 90 dias	66.465	66.454	-	-
De 181 dias a 1 ano	272.353	272.201	65.625	65.595
De 1 a 2 anos	72.438	72.396	340.409	340.094
De 3 a 4 anos	339.783	337.535	335.491	334.053
De 4 a 5 anos	108.839	107.571	-	-
De 5 a 10 anos	124.100	123.369	177.197	174.931
Debêntures	16.635	16.635	23.705	19.480
De 61 a 90 dias	-	-	823	823
De 91 a 180 dias	1.973	1.973	-	-
De 181 dias a 1 ano	4.885	4.885	4.277	4.277
De 1 a 2 anos	4.431	4.431	-	-
De 2 a 3 anos	5.012	5.012	18.605	14.380
De 3 a 4 anos	334	334	-	-
Letra Financeira Subordinada	10.649	10.146	10.462	10.510
De 61 a 90 dias	-	-	10.360	10.408
De 91 a 180 dias	145	145	-	-
De 4 a 5 anos	10.504	10.001	-	-
De 5 a 10 anos	-	-	102	102
Títulos Mantidos até o Vencimento	2.493	2.493	2.745	2.745
Fundo de investimentos em direitos creditórios	2.493	2.493	2.745	2.745
De 2 a 3 anos	2.493	2.493	-	-
De 3 a 4 anos	-	-	2.745	2.745
Total Geral	1.155.534	1.156.747	1.165.680	1.163.120
Total Contábil	-	1.156.747	-	1.163.120
Circulante	-	382.482	-	199.716
Não circulante	-	774.265	-	963.404

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica. Em 30/06/2021, referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 5.756 (R\$ 4.068 em dezembro de 2020) e no consolidado R\$ 5.958 (R\$ 4.528 em dezembro de 2020).

Os títulos vinculados a garantias montam em R\$ 211.029 (R\$ 155.619 em dezembro de 2020) e no consolidado R\$ 217.558 (R\$ 162.067 em dezembro de 2020), representados por Letras Financeiras do Tesouro.

Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”, se houver, são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01.

5.2. Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2.1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Descrição	Conta de Compensação			
	Valor de Referência		Valor Justo	
	Jun/2021	Dez/2020	Jun/2021	Dez/2020
Contrato de Futuro - Dólar ^(I)				
Posição passiva - Moeda estrangeira	104.992	107.997	104.036	108.338
Contrato de Futuro – DI ^(II)				
Posição passiva Taxa de Juros	1.006.473	1.251.768	1.007.719	1.251.281

^(I) A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor de mercado, diariamente, e ajustadas na B3.

^(II) A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as exposições prefixadas do Banco.

Instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento

Descrição	Mercado de Registro	Faixa de Vencimento			Valor Referencial
		De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Contrato de Futuro - Dólar	B3	104.992	-	-	104.992
Contrato de Futuro - DI		-	401.980	604.493	1.006.473
Total em 30/06/2021		104.992	401.980	604.493	1.111.465
Total em 31/12/2020		519.436	-	840.329	1.359.765

5.2.2. Ganhos e Perdas

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”, os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Jun / 2021			Jun / 2020		
	Ganho	Perda	Resultado Líquido	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Swap	-	-	-	157.205	(786)	156.419
Contrato de Futuro - Dólar	63.156	(58.099)	5.057	33.327	(41.247)	(7.920)
Contrato de Futuro - DI	88.610	(63.850)	24.760	107.761	(122.795)	(15.034)
Total	151.766	(121.949)	29.817	298.293	(164.828)	133.465

No terceiro trimestre de 2020 foi encerrada a operação de swap contratada com o objetivo de proteção contra as variações cambiais de parte das captações com Dívidas Subordinadas as quais foram liquidadas no vencimento, em julho de 2020.

5.2.3. Contabilização de Hedge (Hedge Accounting)

O Mercantil do Brasil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02 .

A efetividade das operações de *hedge accounting*, conforme Circular Bacen nº 3.082/02, são verificadas através da projeção tanto do ativo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

instrumentos de *hedge accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação das taxas de juros nas operações de *hedge accounting* é efetiva em relação as variações das taxas de juros sobre as operações objeto de *hedge*.

<i>Hedge Accounting</i>	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Jun / 2021	Dez / 2020	Jun / 2021	Dez / 2020
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos	944.280	1.230.385	924.741	1.241.486
Instrumento de <i>Hedge</i> - Taxa de Juros	(924.737)	(1.241.483)	(924.737)	(1.241.483)

Não houve nenhuma reclassificação contábil em função de desenquadramento de operações de *hedge*.

5.3. Instrumento de *Hedge* Gerencial

São Instrumentos de *Hedge* Gerencial as posições de proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas, utilizando-se de operações derivativas não classificadas como *Hedge Accounting*, ou pela utilização do *Hedge* natural, ou seja, quando os riscos são anulados dentro da própria estrutura patrimonial de ativos.

Instrumentos Financeiros de Proteção - <i>Hedge</i> Gerencial / Natural				
Natureza	Tipo	Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Passivo	Instrumento de <i>Hedge</i> Gerencial	Dólar Futuro – B3	(104.992)	(107.997)
		DI Futuro – B3	(81.736)	(10.285)
Total			(186.728)	(118.282)
Ativo	Objeto de Gerencial	Operações Ativas – ACC	105.353	106.743
		Carteira de Ativos	81.736	10.285
Total			187.089	117.028

5.4. Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias Disponível para Venda e Negociação bem como, os instrumentos derivativos e os respectivos objetos de *hedge*.

O Mercantil do Brasil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução e/ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício. Em complemento, o descasamento em moeda estrangeira também é protegido via mercado futuro como forma de dirimir as altas volatilidades apresentadas nas taxas de câmbio.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, o dólar a R\$ 5,12 e a taxa de juros a 4,92 % a.a..
- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/06/2021 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 3,75 e a taxa de juros 3,32% a.a..
- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/06/2021 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 2,50 e a taxa de juros 2,77% a.a..

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Efeito na variação do Valor Justo			Cenários		
Operação	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
Exposição Cambial com Hedge	Moeda Estrangeira (USD) ⁽¹⁾	Derivativo (ponta ativa futuro)	(605)	(26.262)	(52.523)
		Descasamento em USD	605	26.248	52.496
		Efeito Líquido	-	(14)	(27)
	Taxa de Juros Prefixada	Derivativo (ponta passiva futuro)	70	(76)	(128)
Hedge Accounting	Taxa de Juros Prefixada ⁽¹⁾	Operações de Crédito (ponta ativa)	529	16.229	34.251
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(786)	(19.510)	(39.920)
		Efeito Líquido	(257)	(3.281)	(5.669)
TVM	Renda Fixa	Debêntures	(663)	(4.159)	(8.318)
		Letra Financeira	(1.015)	(2.537)	(5.073)
		CDCA	(1.495)	(3.738)	(7.477)
		CRI	(403)	(10.078)	(20.156)
		CRA	(392)	(7.928)	(15.857)
Total com correlação			(2.661)	(28.073)	(55.228)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(1.463)	(15.439)	(30.375)

⁽¹⁾A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de hedge são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente do dólar nos cenários II e III, demonstrando a eficácia do hedge em neutralizar o descasamento em moeda estrangeira. Além disso, destaca-se que, o hedge accounting garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado (vide nota explicativa 26), com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CRÉDITOS VINCULADOS

Os créditos vinculados, no individual e consolidado, são como segue:

Recolhimentos compulsórios	Jun / 2021	Dez / 2020
Sobre depósitos à vista	34.840	17.776
Sobre depósitos de poupança	77.254	64.694
Total – Circulante	112.094	82.470

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**7.1. Composição das operações de crédito e outros créditos:**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Dez / 2020	Jun / 2021	Dez / 2020
Operações de crédito	7.038.768	5.987.588	7.321.583	6.253.357
Devedores por compra de valores e bens	13.337	15.851	13.337	15.851
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	19.000	17.032	19.000	17.032
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	55.583	55.583	55.583	55.583
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	103.394	93.079	103.315	92.990
Subtotal	7.230.082	6.169.133	7.512.818	6.434.813
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de <i>Hedge</i>	(19.536)	11.101	(19.536)	11.101
Total	7.210.546	6.180.234	7.493.282	6.445.914
Circulante	3.006.670	2.734.558	3.116.607	2.834.167
Não circulante	4.203.876	3.445.676	4.376.675	3.611.747

7.2. Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Dez / 2020	Jun / 2021	Dez / 2020
Com característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos períodos	455.253	541.960	463.853	552.645
Constituição de provisão	245.456	542.053	252.487	554.723
Reversão de provisão	(106.699)	(224.416)	(108.858)	(228.413)
Baixa	(169.829)	(404.344)	(175.228)	(415.102)
Saldos no final dos períodos	424.181	455.253	432.254	463.853
Sem característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos períodos	8.394	8.394	9.700	9.700
Constituição de provisão	-	-	1.000	-
Inclusão	-	-	-	694
Saldos no final dos períodos	8.394	8.394	10.700	10.394
Efeito no resultado	138.757	317.637	144.630	326.310
Total	432.575	463.647	442.954	474.247
Circulante	203.385	222.646	207.441	226.612
Não circulante	229.190	241.001	235.513	247.635

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16, no individual e consolidado, é como segue:

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	224	223
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	48	48
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	1.725	1.566
Outras fianças bancárias	1.045	1.127
Total	3.042	2.964
Circulante	3.041	2.857
Não circulante	1	107

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.3. Operações de crédito e de outros créditos:

a) Composição da carteira por nível de risco conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99

MB – Múltiplo

Nível	Operações de Crédito e Outros Créditos									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Jun / 2021	Dez / 2020
Crédito Pessoal INSS - Débito em Conta	2	1.271.084	21.936	24.573	17.932	14.221	11.841	11.675	87.503	1.460.767	1.362.349
Crédito Consignado INSS	192	3.733.565	21.161	20.655	3.809	1.659	1.580	1.838	39.400	3.823.859	2.841.963
Capital de Giro	118.257	210.484	48.947	38.766	34.444	12.102	42.301	1.791	9.313	516.405	544.875
Crédito Rural	74.416	2.401	1.479	46.908	-	-	-	45	8.109	133.358	136.092
Renegociação	-	1.325	130	176	56.941	41.849	10.737	20.097	68.799	200.054	249.668
Cartão de Crédito Consignado	-	238.068	854	455	416	317	264	268	4.458	245.100	225.789
Crédito Consignado Público	-	314.364	5.102	4.154	1.882	890	1.801	858	2.563	331.614	286.522
Cheque Empresa	182	3.327	7.718	62	2.851	15	7	32	24	14.218	10.755
Cheque Especial	63	37.557	1.798	924	1.758	836	456	898	3.749	48.039	43.672
Conta Garantida	2.039	8.814	9.152	2.693	2.424	743	-	-	-	25.865	23.614
Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	74.582	-	74.582	72.615
Crédito Imobiliário	4.147	306	46.046	81	-	-	-	-	-	50.580	66.649
Cartão de Crédito	698	57.356	3.604	1.217	1.132	510	402	394	1.397	66.710	64.580
Crédito Pessoal	82.016	77.203	31.493	791	1.298	331	160	103	166	193.561	194.608
Outros	1	14.523	2.102	8.686	106	29	13	19.026	884	45.370	45.382
Total	282.013	5.970.377	201.522	150.141	124.993	73.502	69.562	131.607	226.365	7.230.082	6.169.133
PCLD	-	29.842	2.015	4.504	12.499	22.051	34.780	92.125	226.365	424.181	455.253

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

MB – Consolidado

Nível	Operações de Crédito e Outros Créditos									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Jun / 2021	Dez / 2020
Credito Pessoal INSS Débito em Conta	2	1.271.084	21.936	24.573	17.932	14.221	11.841	11.675	87.503	1.460.767	1.362.349
Crédito Consignado INSS	192	3.772.701	31.043	21.231	4.092	1.779	1.705	1.972	41.179	3.875.894	2.906.158
Capital de Giro	134.417	258.565	51.367	38.766	34.444	12.102	42.301	1.791	9.313	583.066	603.126
Crédito Consignado Público	-	460.360	9.334	5.535	3.823	1.394	4.819	1.208	4.335	490.808	423.775
Renegociação	-	1.325	130	176	57.011	41.863	10.757	20.115	68.845	200.222	249.893
Crédito Rural	74.416	2.401	1.479	46.908	-	-	-	45	8.109	133.358	136.092
Cartão de Crédito Consignado	-	238.068	854	455	416	317	264	268	4.458	245.100	225.789
Cheque Empresa	182	3.327	7.718	62	2.851	15	7	32	24	14.218	10.755
Cheque Especial	63	37.557	1.798	924	1.758	836	456	898	3.749	48.039	43.672
Conta Garantida	2.039	8.814	9.152	2.693	2.424	743	-	-	-	25.865	23.614
Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	74.582	-	74.582	72.615
Crédito Imobiliário	4.147	306	46.046	81	-	-	-	-	-	50.580	66.649
Cartão de Crédito	608	57.356	3.604	1.217	1.132	510	402	394	1.397	66.620	64.580
Crédito Pessoal	82.016	77.203	31.493	791	1.298	331	160	103	166	193.561	194.607
Financiamento Veículos - CDC	16	2.187	93	74	-	2.392	-	-	-	4.762	5.478
Outros	-	14.522	2.104	8.687	105	31	14	19.029	884	45.376	45.661
Total geral	298.098	6.205.776	218.151	152.173	127.286	76.534	72.726	132.112	229.962	7.512.818	6.434.813
PCLD	-	31.019	2.181	4.565	12.728	22.960	36.362	92.477	229.962	432.254	463.853

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

	MB – Múltiplo	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vencidas	282.013	5.968.686	155.479	79.175	82.786	40.233	31.887	107.741	35.056	6.783.056	93,82
	01 a 30 dias	40.450	384.741	13.521	3.867	9.687	1.597	376	341	1.033	455.613	6,30
	31 a 60 dias	998	235.867	2.808	1.045	5.035	1.826	143	431	975	249.128	3,45
	61 a 90 dias	17.903	241.262	13.231	1.150	4.105	1.055	28.994	410	3.228	311.338	4,31
	91 a 180 dias	15.372	633.982	7.299	3.467	16.141	2.914	472	21.959	10.201	711.807	9,85
	181 a 360 dias	21.072	899.532	11.303	3.734	14.065	6.929	628	56.939	3.342	1.017.544	14,07
	Acima de 360 dias	186.218	3.573.302	107.317	65.912	33.753	25.912	1.274	27.661	16.277	4.037.626	55,84
	Vencidas até 14 dias	-	1.691	311	166	948	9	18	5	91	3.239	0,04
	Total em 30/06/2021	282.013	5.970.377	155.790	79.341	83.734	40.242	31.905	107.746	35.147	6.786.295	93,86
	%	3,90	82,57	2,15	1,10	1,16	0,56	0,44	1,49	0,49	93,86	-
	Total em 31/12/2020	330.137	4.835.550	162.565	73.055	78.184	54.008	24.251	145.439	39.951	5.743.140	93,09
%	5,35	78,38	2,64	1,18	1,27	0,88	0,39	2,36	0,64	93,09	-	
Curso Anormal	Parcelas vencidas	-	-	39.739	62.190	32.250	24.892	29.331	15.074	106.890	310.366	4,30
	01 a 30 dias	-	-	2.676	2.456	2.001	1.224	3.691	883	5.671	18.602	0,26
	31 a 60 dias	-	-	2.414	2.291	1.827	1.123	1.015	814	5.315	14.799	0,20
	61 a 90 dias	-	-	2.209	2.135	1.698	1.037	952	756	5.043	13.830	0,19
	91 a 180 dias	-	-	5.655	5.770	4.538	2.680	7.350	1.968	13.159	41.120	0,57
	181 a 360 dias	-	-	8.078	9.184	7.236	4.121	3.841	2.929	20.665	56.054	0,78
	Acima de 360 dias	-	-	18.707	40.354	14.950	14.707	12.482	7.724	57.037	165.961	2,30
	Parcelas vencidas	-	-	5.993	8.610	9.009	8.368	8.326	8.787	84.328	133.421	1,84
	01 a 14 dias	-	-	-	15	344	182	345	196	618	1.700	0,02
	15 a 30 dias	-	-	5.630	3.238	1.960	1.256	957	813	6.214	20.068	0,28
	31 a 60 dias	-	-	363	4.529	2.424	1.999	1.448	1.144	15.186	27.093	0,37
	61 a 90 dias	-	-	-	675	3.868	2.309	1.820	1.452	15.247	25.371	0,35
	91 a 180 dias	-	-	-	153	413	2.500	3.331	4.611	23.586	34.594	0,48
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	122	425	571	22.261	23.379	0,32
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.216	1.216	0,02
	Total em 30/06/2021	-	-	45.732	70.800	41.259	33.260	37.657	23.861	191.218	443.787	6,14
	%	-	-	0,63	0,98	0,57	0,46	0,52	0,33	2,65	6,14	-
	Total em 31/12/2020	-	-	38.670	44.513	31.430	37.999	59.124	35.745	178.512	425.993	6,91
	%	-	-	0,63	0,72	0,51	0,62	0,96	0,58	2,89	6,91	-
	Total	Total em 30/06/2021	282.013	5.970.377	201.522	150.141	124.993	73.502	69.562	131.607	226.365	7.230.082
%		3,90	82,57	2,78	2,08	1,73	1,02	0,96	1,82	3,14	100,00	-
Total em 31/12/2020		330.137	4.835.550	201.235	117.568	109.614	92.007	83.375	181.184	218.463	6.169.133	100,00
%		5,35	78,38	3,27	1,90	1,78	1,50	1,35	2,94	3,53	100,00	-

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	MB – Consolidado	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vincendas	298.098	6.203.999	158.531	79.249	82.854	40.245	31.906	107.759	35.119	7.037.760	93,67
	01 a 30 dias	40.967	389.135	13.852	3.872	9.692	1.597	377	341	1.034	460.867	6,13
	31 a 60 dias	1.606	242.993	3.147	1.049	5.041	1.827	144	432	976	257.215	3,42
	61 a 90 dias	18.515	247.943	13.531	1.154	4.108	1.056	28.994	411	3.230	318.942	4,25
	91 a 180 dias	17.173	656.395	8.170	3.479	16.151	2.916	474	21.961	10.207	736.926	9,81
	181 a 360 dias	24.574	943.445	12.209	3.756	14.079	6.932	632	56.943	3.352	1.065.922	14,19
	Acima de 360 dias	195.263	3.724.088	107.622	65.939	33.783	25.917	1.285	27.671	16.320	4.197.888	55,87
	Vencidas até 14 dias	-	1.777	311	166	948	9	18	5	91	3.325	0,04
	Total em 30/06/2021	298.098	6.205.776	158.842	79.415	83.802	40.254	31.924	107.764	35.210	7.041.085	93,71
	%	3,97	82,60	2,11	1,06	1,12	0,54	0,42	1,43	0,46	93,71	-
	Total em 31/12/2020	349.419	5.047.638	163.888	73.250	78.225	54.074	24.283	145.445	40.130	5.976.352	92,88
%	5,43	78,44	2,55	1,14	1,22	0,84	0,38	2,26	0,62	92,88	-	
Curso Anormal	Parcelas vincendas	-	-	52.648	63.967	34.191	27.108	31.599	15.319	108.916	333.748	4,45
	01 a 30 dias	-	-	3.304	2.515	2.064	1.314	3.763	893	5.769	19.622	0,26
	31 a 60 dias	-	-	3.054	2.356	1.899	1.214	1.090	824	5.410	15.847	0,21
	61 a 90 dias	-	-	2.831	2.198	1.768	1.126	1.025	766	5.136	14.850	0,20
	91 a 180 dias	-	-	7.373	5.951	4.735	2.931	7.555	1.995	13.417	43.957	0,59
	181 a 360 dias	-	-	11.039	9.506	7.575	4.564	4.207	2.978	21.104	60.973	0,81
	Acima de 360 dias	-	-	25.047	41.441	16.150	15.959	13.959	7.863	58.080	178.499	2,38
	Parcelas vencidas	-	-	6.661	8.791	9.293	9.172	9.203	9.029	85.836	137.985	1,84
	01 a 14 dias	-	-	-	15	344	262	345	196	618	1.780	0,02
	15 a 30 dias	-	-	6.279	3.308	2.033	1.274	1.037	825	6.323	21.079	0,28
	31 a 60 dias	-	-	382	4.613	2.495	2.103	1.535	1.156	15.286	27.570	0,37
	61 a 90 dias	-	-	-	700	3.935	2.417	1.919	1.465	15.348	25.784	0,34
	91 a 180 dias	-	-	-	155	486	2.848	3.769	4.798	23.967	36.023	0,48
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	268	598	589	23.032	24.487	0,33
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.262	1.262	0,02
	Total em 30/06/2021	-	-	59.309	72.758	43.484	36.280	40.802	24.348	194.752	471.733	6,29
	%	-	-	0,79	0,97	0,58	0,48	0,54	0,33	2,60	6,29	-
	Total em 31/12/2020	-	-	55.405	48.616	35.284	39.106	59.523	36.339	184.188	458.461	7,12
	%	-	-	0,86	0,76	0,55	0,61	0,93	0,56	2,85	7,12	-
Total	Total em 30/06/2021	330.137	4.835.550	201.235	117.568	109.614	92.007	83.375	181.184	218.463	6.169.133	100,00
	%	5,35	78,38	3,27	1,90	1,78	1,50	1,35	2,94	3,53	100,00	-
	Total em 31/12/2020	349.419	5.047.638	219.293	121.866	113.509	93.180	83.806	181.784	224.318	6.434.813	100,00
	%	5,43	78,44	3,41	1,90	1,77	1,45	1,31	2,82	3,47	100,00	-

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	MB-Múltiplo				MB-Consolidado			
	Jun / 2021	%	Dez / 2020	%	Jun / 2021	%	Dez / 2020	%
Pessoa Física	6.303.684	87,19	5.164.425	83,72	6.516.503	86,74	5.368.816	83,43
Pessoa Jurídica	926.398	12,81	1.004.708	16,28	996.315	13,26	1.065.997	16,57
Construção civil	159.762	2,21	180.531	2,93	162.116	2,16	180.531	2,81
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	78.257	1,08	114.410	1,85	94.717	1,26	133.959	2,08
Biocombustíveis e açúcar	89.440	1,24	100.240	1,62	89.440	1,19	100.240	1,56
Siderurgia	81.295	1,12	89.953	1,46	81.295	1,08	89.953	1,40
Prestação de serviços	95.927	1,33	105.763	1,71	100.220	1,33	111.080	1,73
Alimentos	40.606	0,56	39.780	0,64	56.004	0,75	39.780	0,62
Transportes de Cargas e Logística	24.398	0,34	25.729	0,42	24.502	0,33	25.889	0,40
Entretenimento, Esporte e Cultura	53.598	0,74	44.581	0,72	53.598	0,71	44.581	0,69
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionado	136.400	1,89	115.520	1,87	138.785	1,85	117.522	1,83
Bebidas	36.486	0,50	36.256	0,59	36.486	0,49	36.256	0,56
Outros	130.229	1,80	151.945	2,47	159.152	2,11	186.206	2,89
Total geral	7.230.082	100,00	6.169.133	100,00	7.512.818	100,00	6.434.813	100,00

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os créditos rurais são compostos, principalmente, por operações securitizadas, indexadas ao IGP-M, que representam 0,98% do total da carteira de operação de crédito (MB Consolidado 0,94%), sendo o valor do principal de R\$ 70.685 e dos juros de R\$ 45, totalizando R\$ 70.730. Em dezembro de 2020, o valor do principal era R\$ 74.519 e dos juros de R\$ 46, totalizando R\$ 74.565.

7.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

O MB realizou no período operações de cessão de créditos na modalidade de operações sem retenção substancial dos riscos e benefícios e, portanto, foram baixadas do ativo do Banco. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no resultado do período.

As receitas com operações de venda ou transferência de operações de crédito, decorrentes de operações cedidas sem retenção de risco, totalizaram, no múltiplo e no consolidado, o montante de R\$ 118.846 (R\$ 46.984 em junho de 2020), em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, para o montante cedido de R\$ 544.326 (R\$ 143.398 em junho de 2020) a valor presente.

As despesas com operações de venda ou de transferências de ativos financeiros decorrem, basicamente, das obrigações assumidas em função do prazo remanescente das operações cedidas com retenção de risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, no montante de R\$ 148 (R\$ 1.269 em junho de 2020) e no consolidado no valor de R\$ 247 (R\$ 2.016 em junho de 2020).

8. VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Com base na Resolução CMN nº 4.748/19, os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo devem ser apurados utilizando a hierarquia de valor justo conforme segue:

- **Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio do resultado e de outros resultados abrangentes**

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados os Títulos Públicos do Governo (LFT).

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, o Banco utiliza modelos internos para estimar o valor de mercado. Esses modelos baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por exemplo taxas de juros oferecidas no mercado para instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente, por Cotas de Fundos de Investimentos, Fundos em Participações e Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação da B3.

Nível 3: Para determinados títulos, o Banco dispõe de metodologia de precificação interna que utiliza fatores de provisão atribuídos conforme política de crédito, revisados trimestralmente, e são compostos, principalmente, por Debêntures, CRI, CRA, Fundo Imobiliário e FDIC.

- **Derivativos**

Nível 2: Para mensuração dos derivativos, o Banco estima o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros				
Descrição	MB Múltiplo		MB Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	1.095.551	1.095.551	1.109.389	1.109.389
Títulos e Valores Mobiliários	965.688	965.688	979.526	979.526
Títulos Públicos Federais	965.688	965.688	979.526	979.526
Relações interfinanceiras	127.127	127.127	127.127	127.127
Relações interdependências	2.736	2.736	2.736	2.736
Nível 2	7.181.201	7.230.052	7.464.672	7.508.438
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	450.419	450.419	421.407	421.407
Operações Compromissadas	395.800	395.800	395.800	395.800
Depósitos Interfinanceiros	54.619	54.619	25.607	25.607
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	37.820	37.820
Letra Financeira Subordinada	-	-	10.146	10.146
Cotas de Fundos	-	-	27.674	7.674
Operações de Crédito e Outros Créditos	6.730.782	6.779.633	7.005.445	7.049.211
Nível 3	2.800	2.800	139.401	139.401
Títulos e Valores Mobiliários	2.800	2.800	139.401	139.401
Certificado Recebíveis do Agronegócio	-	-	40.313	40.313
Certificado Recebíveis Imobiliários	-	-	31.713	31.713
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	-	14.953	14.953
Debêntures	2.800	-	16.635	16.635
Cotas de Fundos	-	-	35.787	35.787
Total em 30/06/2021	8.279.552	8.328.403	8.713.462	8.757.228
Total em 31/12/2020	7.058.345	7.058.234	7.401.975	7.401.860

Passivos Financeiros				
Descrição	MB Múltiplo		MB Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	735.726	735.726	732.506	732.506
Depósitos	735.726	735.726	732.506	732.506
à vista	497.282	497.282	494.062	494.062
poupança	238.444	238.444	238.444	238.444
Nível 2	436.186	436.186	363.341	363.341
Captações no Mercado Aberto	106.683	106.683	74.108	74.108
Depósitos	238.898	238.898	198.628	198.628
Interfinanceiros	238.898	238.898	198.628	198.628
Relações Interfinanceiras	84.546	84.546	84.546	84.546
Relações Interdependências	6.059	6.059	6.059	6.059
Nível 3	8.294.640	8.294.640	8.260.712	8.260.712
Depósitos	7.817.881	7.817.881	7.757.092	7.757.092
a prazo	7.817.881	7.817.881	7.751.725	7.751.725
outros	-	-	5.367	5.367
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	50.999	50.999	77.860	77.860
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	425.760	425.760	425.760	425.760
Total em 30/06/2021	9.466.552	9.466.552	9.356.559	9.356.559
Total em 31/12/2020	8.869.649	8.874.242	8.760.636	8.765.225

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Dez / 2020	Jun / 2021	Dez / 2020
Imposto de Renda				
Base de Cálculo	1.125.429	1.171.790	1.169.537	1.216.982
Prejuízo fiscal	129.926	151.962	146.559	168.066
Diferenças temporárias	995.503	1.019.828	1.022.978	1.048.916
Total do efeito do IR	281.357	292.948	292.383	304.247
Contribuição Social				
Base de Cálculo	1.141.330	1.185.761	1.187.748	1.233.195
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	-	-	17.034	24.161
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	841.287	1.019.828	851.729	1.024.755
Diferenças temporárias à alíquota de 25%	154.216	-	154.216	-
Base negativa à alíquota de 15%	-	-	17.402	16.236
Base negativa à alíquota de 20%	145.827	165.933	147.367	168.043
Efeito da CSL	235.977	237.151	243.539	244.618
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	2.764	5.579	3.618	6.512
Total do efeito da CSL	238.741	242.730	247.157	251.130
Total – Não Circulante	520.098	535.678	539.540	555.377

b) Movimentação dos créditos tributários:

Crédito Tributário	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾
Imposto de Renda						
Saldos em 31/12/2020	254.957	37.991	-	262.229	42.018	-
Constituição	69.566	-	-	71.011	-	-
Realização	(75.112)	(5.509)	-	(76.959)	(5.377)	-
Efeito líquido no resultado	(5.546)	(5.509)	-	(5.948)	(5.377)	-
Outras	(536)	-	-	(539)	-	-
Saldos em 30/06/2021	248.875	32.482	-	255.742	36.641	-
Contribuição Social						
Saldos em 31/12/2020	203.965	33.186	5.579	208.575	36.043	6.512
Constituição	63.364	-	-	64.511	-	-
Realização	(60.090)	(4.021)	(2.815)	(61.203)	(3.960)	(2.894)
Efeito líquido no resultado	3.274	(4.021)	-	3.308	(3.960)	-
Outras	(427)	-	-	(427)	-	-
Saldos em 30/06/2021	206.812	29.165	2.764	211.456	32.083	3.618
Total	520.098	535.678	539.540	539.540	555.377	555.377

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

c) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 103.865 (R\$ 102.689 em dezembro de 2020) e no consolidado em R\$ 109.302 (R\$ 108.595 em dezembro de 2020) e estão ativados com realização prevista até 2025.

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro abaixo.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme seguem:

MB – Múltiplo

Realização do Crédito Tributário						
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Jun / 2021	Dez / 2020
2021	52.648	49.399	556	49.955	102.603	162.519
2022	73.860	59.315	1.444	60.759	134.619	111.061
2023	53.683	42.201	764	42.965	96.648	56.513
2024	18.198	18.077	-	18.077	36.275	25.832
2025	82.967	66.984	-	66.984	149.951	179.613
2026 a 2028	1	1	-	1	2	140
Total	281.357	235.977	2.764	238.741	520.098	535.678
Valor Presente	218.948	257.530			476.478	509.135

MB – Consolidado

Realização do Crédito Tributário						
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Jun / 2021	Dez / 2020
2021	54.614	50.844	556	51.400	106.014	167.976
2022	75.980	60.620	1.585	62.205	138.185	113.524
2023	54.821	42.952	939	43.891	98.712	58.120
2024	18.762	18.381	207	18.588	37.350	27.178
2025	87.228	69.739	331	70.070	157.298	187.488
2026 a 2028	978	1.003	-	1.003	1.981	1.091
Total	292.383	243.539	3.618	247.157	539.540	555.377
Valor Presente	266.458	267.431			493.889	527.713

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2020, revisados em junho de 2021, e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a realização de lucros contábeis.

Créditos tributários ativados

A Medida Provisória nº 1.034/21 majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em 5%, passando para 25% para o setor bancário, no período de julho a dezembro de 2021. Em decorrência, houve a atualização de créditos tributários constituídos sobre adições temporárias, elevando o ativo, em junho de 2021, no montante de R\$ 17.624 (R\$ 18.148 no MB consolidado), calculados sobre os valores que se tornarão dedutíveis dentro do período em que vigorará a referida alíquota majorada, em conformidade com o § único do artigo 10 da Resolução CMN nº 4.842/20.

10. OUTROS ATIVOS**10.1. Devedores por depósitos em garantia**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Dez / 2020	Jun / 2021	Dez / 2020
Depósitos recursais trabalhistas	19.125	20.211	20.397	22.232
Depósitos judiciais trabalhistas	42.293	37.683	42.482	37.870
Depósitos judiciais fiscais	58.058	58.411	92.725	95.631
Depósitos de ações cíveis	15.892	16.850	18.517	19.465
Total – Não circulante	135.368	133.155	174.121	175.198

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisão para Outros Passivos” (vide nota nº 15.a).

10.2. Impostos a compensar

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Dez / 2020	Jun / 2021	Dez / 2020
COFINS – Lei nº 9.718/98 ⁽ⁱ⁾	7.888	7.853	7.888	7.853
Contribuição social ⁽ⁱⁱ⁾	418	417	900	948
Imposto de renda pessoa jurídica ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	3.800	4.130
Impostos e contribuições retidos na fonte	896	969	1.732	1.176
Antecipação IRPJ/CSLL	-	-	1.270	502
Outros	203	-	260	57
Total	9.405	9.239	15.850	14.666
Circulante	896	767	4.670	3.967
Não circulante	8.509	8.472	11.180	10.699

⁽ⁱ⁾ O valor da COFINS decorre de ação judicial, transitada em julgado em fevereiro de 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Em fevereiro de 2010, o Banco passou a recolher a COFINS com base nas receitas de prestação de serviços, com amparo na citada decisão judicial transitada em julgado e reconheceu o crédito no montante de R\$ 192.094, MB consolidado R\$ 204.770, líquido dos impostos. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e a COFINS apurada sobre as receitas de prestação de serviços. O Banco, desde o exercício de 2010, habilitou o referido crédito junto à Receita Federal do Brasil e passou a utilizá-lo em compensação com tributos administrados por este órgão. Com a edição da Lei nº 12.973/14, o Banco passou a recolher a COFINS com base na receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77.

Da mesma forma, destaca-se que o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em dezembro de 2005, no montante de R\$ 14.726, MB consolidado R\$ 15.950, líquido dos impostos, que teve como mérito recolher este tributo sobre a base de cálculo reduzida e reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente as receitas de prestação de serviços, foi totalmente compensado, em exercícios anteriores, com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Muito embora exista trânsito em julgado nas ações do PIS e COFINS acima referidas, que caracterizam os créditos como líquidos e certos, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente as respectivas compensações, contestando o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. As discussões administrativas

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

em andamento têm avaliação de risco remoto por consultores jurídicos externos, na forma do item 86 do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09. Não obstante a classificação de risco remoto de referidos processos, o Banco considerou adequado contratar seguro garantia – fiança para o caso de eventual necessidade de garantir o juízo em face de ação judicial (vide nota nº 10.8.(I)).

^(II) Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

10.3. Pagamentos a ressarcir

Refere-se basicamente à Cofins a recuperar da Controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A.

Créditos a recuperar “sub judice”

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 20.380 (R\$ 20.281 em dezembro de 2020).

10.4. Títulos e créditos a receber – Sem característica de concessão de crédito

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Dez / 2020	Jun / 2021	Dez / 2020
Créditos a receber ^(I)	253.517	86.441	259.543	96.052
Precatórios	3.674	5.357	11.679	13.362
Direitos creditórios	35.157	35.062	35.157	35.062
Títulos de capitalização	5.120	7.384	5.518	9.185
Outros	5	16	25	26
Total	297.473	134.260	311.922	153.687
Circulante	263.769	93.841	266.217	101.382
Não circulante	33.704	40.419	45.705	52.305

^(I) Referem-se, basicamente, a valores a liquidar por instituição cessionária, após a transferência do domicílio bancário das operações cedidas, referentes às cessões de créditos, sem retenção de riscos, ocorridas no período.

10.5. Rendas a receber

Em 2020, refere-se, basicamente, ao crédito a receber referente à cláusula de ajuste de preço de venda, contida no contrato de alienação de participação societária na Cia de Seguros Minas Brasil celebrado, em 2008, entre o Banco e a Zurich Participações e Representações Ltda. Em abril de 2021 procedeu-se a baixa de referido crédito.

Em 2020, no Múltiplo, refere-se à Dividendos a Receber decorrente da participação em Coligadas no montante de R\$ 11.979.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.6. Devedores diversos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Dez / 2020	Jun / 2021	Dez / 2020
Empréstimos consignados a processar	815	3.638	815	3.638
Cartão de Crédito ^(I)	20.215	33.681	20.215	33.681
Outros	3.970	5.667	4.277	5.914
Total	25.000	42.986	25.307	43.233

^(I) Refere-se, basicamente, às parcelas de Cartão de Crédito e Cartão de Crédito Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros pelo INSS, no individual e consolidado.

10.7. Ativos não financeiros mantidos para venda

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Dez / 2020	Jun / 2021	Dez / 2020
Bens não de Uso próprio	80.040	104.233	80.040	104.239
Imóveis - dação em pagamento	129.458	180.398	129.460	180.398
Veículos e afins	-	36	-	42
Outros bens não de uso	-	-	-	3
(-) Provisão para desvalorizações	(49.418)	(76.201)	(49.420)	(76.204)
Material em estoque	1.542	1.204	1.542	1.204
Total – Circulante	81.582	105.437	81.582	105.443

10.8. Despesas antecipadas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Dez / 2020	Jun / 2021	Dez / 2020
Custo seguro garantia – fiança ^(I)	46.493	53.038	50.782	58.536
Demais despesas antecipadas ^(II)	14.010	12.315	14.545	12.383
Total	60.503	65.353	65.327	70.919
Circulante	35.270	31.057	38.225	33.545
Não circulante	25.233	34.296	27.102	37.374

^(I) Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

^(II) Referem-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

11. INVESTIMENTOS

a) Participações em sociedades controladas

Descrição	Jun / 2021								Total
	MBIA	MBF	BMI	MBC	MBD	BEM AQUI	MBMEI	DOMO	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Capital social	28.937	126.070	82.028	24.938	4.250	48.338	43.000	5.000	362.561
Patrimônio líquido	30.781	248.128	125.936	21.369	4.112	117.134	71.568	4.750	623.778
Total de ações	34.044	15.480	4.416	166.902	25	14.648	43.000	4.250	-
Ações ON	34.044	9.673	4.031	141.341	25	14.648	43.000	4.250	-
Ações PN	-	5.807	385	25.561	-	-	-	-	-
Participação %	100,00	85,95	91,53	99,99	100,00	100,00	100,00	85,00	-
Lucro / (Prejuízo) societário do exercício	(518)	641	1.397	(642)	(93)	32.032	(166)	(250)	32.401
(-) Dividendos / JCP distribuídos	-	(133)	(212)	-	-	-	-	-	(345)
Ajuste de variação patrimonial	-	2	(183)	3	-	-	-	-	(178)
Resultado de participações em controladas	(518)	529	1.134	(642)	(93)	32.032	(166)	(212)	32.064
Valor dos investimentos	30.781	213.266	115.272	21.364	4.112	117.134	71.568	4.038	577.535

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Descrição	Dez / 2020							Total
	MBIA	MBF	BMI	MBC	MBD	BEM AQUI	MBMEI	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Capital social	28.937	126.070	82.028	24.938	4.250	30.793	43.000	340.016
Patrimônio líquido	31.299	247.665	125.130	22.008	4.205	94.183	71.734	596.224
Total de ações	34.044	15.480	4.417	166.902	25	14.648	43.000	-
Ações ON	34.044	9.673	4.032	141.341	25	14.648	43.000	-
Ações PN	-	5.807	385	25.561	-	-	-	-
Participação %	100,00	85,95	91,53	99,99	100,00	100,00	100,00	-
Lucro / (Prejuízo) societário do exercício	(895)	8.755	2.454	(905)	(85)	35.874	(2.949)	42.249
Ajuste de variação patrimonial	(1)	(3)	545	(11)	-	-	1	531
Resultado de participações em controladas	(895)	6.726	1.504	(905)	(85)	35.874	(2.949)	39.270
(-) Dividendos distribuídos ao Banco	-	(2.869)	(539)	-	-	(9.082)	-	(12.490)
Valor dos investimentos	31.299	212.868	114.532	22.003	4.205	85.102	71.735	541.744
(1) Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.			(5) Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.					
(2) Mercantil do Brasil Financeira S.A.			(6) Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.					
(3) Banco Mercantil de Investimentos S.A.			(7) Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.					
(4) Mercantil do Brasil Corretora S.A.			(8) Domo DigitalTecnologia S.A.					

Em 2021 entrou em operação a empresa Domo Digital Tecnologia S.A que tem como objeto, principalmente, explorar a atividade dos serviços de Tecnologia da Informação através da criação, desenvolvimento e licenciamento de programas e sistemas informatizados próprios ou de terceiros, dentre outros serviços. O capital social da Sociedade é de R\$ 5.000 dividido em 5.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, das quais o Banco integralizou R\$ 4.250, correspondentes a 4.250.000 ações ordinárias nominativas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A. do montante de R\$ 30.793 para R\$ 48.338, sem alteração na quantidade de ações, mediante incorporação de parte da “Reservas Estatutárias – Para Aumento de Capital”, no montante de R\$ 17.545.

b) Provisão para perdas em investimentos

Refere-se, substancialmente, a constituição de provisão para desvalorização das cotas do FII, Fundo de investimento imobiliário de titularidade da controlada MBMEI, constituída em 2015, no montante de R\$ 47.352, sem alteração no período.

12. IMOBILIZADO

Movimentação dos bens do imobilizado, líquidos da depreciação:

MB – Múltiplo

Descrição	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Imobilizado em 31/12/2020	119.662	109.622	72.282	27.062	328.628
Adições	2.274	4.428	2.215	11.010	19.927
Entradas por transferências	29.322	-	337	-	29.659
(-) Saída por transferências	-	-	-	(29.659)	(29.659)
(-) Baixa	(342)	(3.205)	(302)	-	(3.849)
Subtotal	150.916	110.845	74.532	8.413	344.706
(-) Depreciação em 31/12/2020	(69.213)	(49.896)	(43.851)	(37)	(162.997)
(-) Depreciação no período	(11.301)	(6.067)	(2.946)	-	(20.314)
Baixa	315	2.889	282	-	3.486
(-) Subtotal	(80.199)	(53.074)	(46.515)	(37)	(179.825)
Saldo Líquido em 30/06/2021	70.717	57.771	28.017	8.376	164.881

MB – Consolidado

Descrição	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2020	120.280	118.645	73.704	28.100	340.729
Adições	2.418	11.488	2.920	11.100	27.926
Entradas por transferências	29.322	-	337	-	29.659
(-) Saída por transferências	-	-	-	(29.659)	(29.659)
(-) Baixa	(342)	(3.304)	(302)	-	(3.948)
Subtotal	151.679	126.828	76.659	9.541	364.707
(-) Depreciação em 31/12/2020	(69.623)	(50.537)	(44.332)	(84)	(164.576)
(-) Depreciação no período	(11.325)	(6.491)	(3.009)	(14)	(20.839)
Baixa	315	2.889	282	-	3.486
(-) Subtotal	(80.633)	(54.139)	(47.059)	(98)	(181.929)
Saldo Líquido em 30/06/2021	71.046	72.689	29.600	9.443	182.778

O saldo do imobilizado contempla reservas de reavaliação que será mantido até a sua efetiva realização, no montante de R\$ 113 (R\$ 117 em dezembro de 2020).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. INTANGÍVEL

Movimentação dos itens do intangível, líquido da amortização:

MB – Múltiplo

Descrição	Sistemas de Processamento de dados	Sistemas de Segurança	Sistemas de Comunicação	Licenças e Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2020	150.279	14.817	-	5.963	171.059
Adições	9.456	633	7	953	11.049
Baixas	(3.044)	-	-	(94)	(3.138)
Subtotal	156.691	15.450	7	6.822	178.970
(-) Amortização em 31/12/2020	(89.757)	(7.523)	-	(4.546)	(101.826)
(-) Amortização no período	(7.896)	(1.404)	-	(639)	(9.939)
Baixas	2.346	-	-	94	2.440
(-) Subtotal	(95.307)	(8.927)	-	(5.091)	(109.325)
Saldo Líquido em 30/06/2021	61.384	6.523	7	1.731	69.645

MB – Consolidado

Descrição	Sistemas de Processamento de dados	Sistemas de Segurança	Sistemas de Comunicação	Licenças e Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2020	150.326	14.817	-	6.265	171.408
Adições	9.456	633	7	953	11.049
Baixas	(3.044)	-	-	(94)	(3.138)
Subtotal	156.738	15.450	7	7.124	179.319
(-) Amortização em 31/12/2020	(89.787)	(7.523)	-	(4.836)	(102.146)
(-) Amortização no período	(7.902)	(1.404)	-	(641)	(9.947)
Baixas	2.346	-	-	94	2.440
(-) Subtotal	(95.343)	(8.927)	-	(5.383)	(109.653)
Saldo Líquido em 30/06/2021	61.395	6.523	7	1.741	69.666

14. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**14.1. Depósitos****MB – Múltiplo**

Descrição	Depósitos				Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Jun / 2021	Dez / 2020
Indeterminado	497.282	238.444	-	625	736.351	680.834
Até 30 dias	-	-	20.793	105.750	126.543	100.036
De 31 a 60 dias	-	-	-	102.677	102.677	128.062
De 61 a 90 dias	-	-	-	135.635	135.635	118.556
De 91 a 180 dias	-	-	30.187	501.703	531.890	440.638
De 181 a 360 dias	-	-	60.093	1.011.983	1.072.076	658.838
Acima de 360 dias	-	-	127.825	5.959.508	6.087.333	5.960.085
Total	497.282	238.444	238.898	7.817.881	8.792.505	8.087.049
Circulante	497.282	238.444	111.073	1.858.373	2.705.172	2.126.964
Não circulante	-	-	127.825	5.959.508	6.087.333	5.960.085

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

MB – Consolidado

Descrição	Depósitos					Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Outros	Jun / 2021	Dez / 2020
Indeterminado	494.062	238.444	-	625	5.367	738.498	677.279
Até 30 dias	-	-	20.793	105.750	-	126.543	100.036
De 31 a 60 dias	-	-	-	102.677	-	102.677	142.092
De 61 a 90 dias	-	-	-	133.016	-	133.016	142.101
De 91 a 180 dias	-	-	-	529.056	-	529.056	444.024
De 181 a 360 dias	-	-	50.010	1.021.187	-	1.071.197	653.102
Acima de 360 dias	-	-	127.825	5.859.414	-	5.987.239	5.876.369
Total	494.062	238.444	198.628	7.751.725	5.367	8.688.226	8.035.003
Circulante	494.062	238.444	70.803	1.892.311	5.367	2.700.987	2.158.634
Não circulante	-	-	127.825	5.859.414	-	5.987.239	5.876.369

14.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

MB – Múltiplo

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras Financeiras	Total	
			Jun / 2021	Dez / 2020
De 61 a 90 dias	37.884	-	37.884	23.137
De 91 a 180 dias	365	874	1.239	44.838
De 181 a 360 dias	8.567	1.569	10.136	861
Acima de 360 dias	-	1.740	1.740	3.260
Total	46.816	4.183	50.999	72.096
Circulante	46.816	2.443	49.259	68.836
Não circulante	-	1.740	1.740	3.260

MB – Consolidado

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letra de Crédito Imobiliário	Letras Financeiras	Total	
				Jun / 2021	Dez / 2020
Até 30 dias	-	-	-	-	5.227
De 31 a 60 dias	6.235	-	-	6.235	11.172
De 61 a 90 dias	43.313	5.013	-	48.326	23.137
De 91 a 180 dias	365	10.184	874	11.423	44.838
De 181 a 360 dias	8.567	-	1.569	10.136	861
Acima de 360 dias	-	-	1.740	1.740	3.260
Total	58.480	15.197	4.183	77.860	88.495
Circulante	58.480	15.197	2.443	76.120	85.235
Não circulante	-	-	1.740	1.740	3.260

14.3. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Ano		Valor da operação	Jun / 2021	Dez / 2020
	Emissão	Vencimento			
Letra Financeira Subordinada - Nível II(I)	2016	2023	88.388	89.923	89.583
	2017	2024	115.612	121.912	121.199
	2017	2025	600	609	607
	2018	2025	68.373	73.396	72.753
	2019	2026	57.075	59.286	59.404
	2020	2027	27.045	27.554	27.326
	2021	2028	6.500	6.552	-
Letra Financeira Subordinada – Capital Complementar(II)	2018	Perpétua	4.300	4.308	4.304
	2019	Perpétua	25.650	26.539	26.644
	2020	Perpétua	15.000	15.681	15.436
Total Geral			425.760	417.256	
Circulante			4.816	3.599	
Não Circulante			420.944	413.657	

(I) Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 100% a 140% da taxa CDI.

(II) Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 135% a 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II, homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, monta em R\$ 374.804 (R\$ 370.571 em dezembro de 2020) dos quais R\$ 234.923 (R\$ 251.498 em dezembro de 2020) estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

15. PROVISÕES

a) Provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Dez / 2020	Jun / 2021	Dez / 2020
Provisões para riscos fiscais	59.153	62.952	94.709	98.258
Provisões para processos trabalhistas	144.282	142.760	144.703	144.083
Provisões para processos cíveis	41.273	36.246	48.174	43.481
Outras	214	213	225	228
Total – Não circulante	244.922	242.171	287.811	286.050

As provisões trabalhistas são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos e as provisões cíveis são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Dez / 2020	Jun / 2021	Dez / 2020
COFINS ^(I)	9.115	9.072	24.600	24.372
CSL ^(II)	-	-	14.273	14.227
INSS ^(III)	27.021	26.864	30.892	30.717
PIS ^(IV)	7.474	7.455	9.164	9.139
ISS ^(V)	15.395	19.415	15.395	19.415
Outros	148	146	385	388
Total – Não circulante	59.153	62.952	94.709	98.258

^(I) Referem-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

^(II) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

^(III) Em 2019, refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros (vide nota nº 15.b).

^(IV) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

^(V) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		
	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31/12/2020	62.952	142.760	36.246	98.258	144.083	43.481
Constituição / (Realização)	(5.029)	20.348	18.926	(4.937)	20.053	20.902
Atualização Monetária	1.019	6.319	1.480	1.091	6.344	1.755
Liquidações	-	(25.145)	(15.379)	-	(25.777)	(17.964)
Atualização de Depósitos	211	-	-	297	-	-
Saldos em 30/06/2021	59.153	144.282	41.273	94.709	144.703	48.174
Depósitos judiciais (vide nota nº 10.1.)	58.058	61.418	15.892	92.725	62.878	18.518

c) Passivos contingentes

O Mercantil do Brasil tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 594/09. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 18.612 (R\$ 18.566 em dezembro de 2020), no individual e consolidado. As ações tributárias totalizaram R\$ 5.615 (R\$ 6.373 em dezembro de 2020), MB Consolidado R\$ 7.923 (R\$ 11.460 em dezembro de 2020).

16. OUTROS PASSIVOS

16.1. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

Refere-se a tributos federais, estaduais e municipais.

16.2. Sociais e estatutárias

Refere-se, basicamente, à participação nos lucros a pagar dos empregados e administradores de 2020 e 2021 e ao juro sobre capital próprio a pagar de 2020 e 2021.

16.3. Obrigações por convênios oficiais

Refere-se aos créditos de recursos em nome dos respectivos beneficiários destinados ao pagamento de aposentadorias do INSS.

16.4. Credores diversos – País

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Dez / 2020	Jun / 2021	Dez / 2020
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	39.373	52.735	39.373	52.735
Provisão para despesas administrativas	101.924	75.709	105.186	78.249
Comissões sobre colocações serviços intermediação de operação de crédito	12.020	8.542	12.815	9.481
Outros	58.055	47.060	60.016	47.563
Total – Circulante	211.372	184.046	217.390	188.028

⁽¹⁾ Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**17.1. Capital Social**

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, totalmente subscritas e integralizadas, da seguinte forma:

Ações	MB – Múltiplo			
	Jun / 2021		Dez / 2020	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	32.577.872	306.232	32.577.872	306.232
Preferenciais	19.837.918	186.476	19.837.918	186.476
Total	52.415.790	492.708	52.415.790	492.708
Valor nominal em reais	9,40		9,40	

Considerando a alteração estatutária aprovada em AGE de 21 de outubro de 2020, o Capital Social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

17.2. Reservas de capital e de lucros

As Reservas de capital e de lucros, no individual e consolidado, são como segue:

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Reserva de capital ⁽¹⁾	43.375	43.375
Reservas de lucros	541.621	463.107
Reserva legal ^(II)	83.490	78.463
Reservas estatutárias ^(III)	458.131	384.644

⁽¹⁾ São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(ii) Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

(iii) Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinada até 90% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

No primeiro semestre de 2021, foram declarados dividendos aos acionistas, na forma de Juros sobre o Capital Próprio, no valor de R\$ 22.029, correspondente a um valor líquido de imposto de renda de R\$ 18.725, cabendo às ações ordinárias R\$ 0,34420665 e às ações preferenciais R\$ 0,37862825 por ação, líquido do imposto de renda. O benefício fiscal gerado foi de R\$ 9.913.

Não foram declarados juros sobre o capital próprio no primeiro semestre de 2020 em conformidade com dispositivos legais e estatutários em vigor.

A destinação do lucro líquido é como segue:

Descrição	MB – Múltiplo	
	Jun / 2021	Jun / 2020
Lucro líquido dos semestres	100.539	73.586
Realização de reservas de reavaliação	4	4
Ajuste de avaliação atuarial	-	(1.037)
Total a ser destinado	100.543	72.553
Reserva legal	5.027	3.627
Reservas estatutárias	73.487	68.926
Para aumento de capital	66.138	62.033
Para dividendos futuros	7.349	6.893
Juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo	22.029	-
Valor líquido	18.725	-
Imposto de renda na fonte	3.304	-

17.3. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Jun / 2021	Jun / 2020
Número médio e final de ações	32.577.872	19.837.918	52.415.790	52.415.790
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	32.577.872	19.837.918	52.415.790	52.415.790
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	62.488	38.051	100.539	73.586
Lucro básico por ação	1,9181	1,9181	1,9181	1,4039

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

18. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Mercantil do Brasil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/13, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,0% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco, a partir de janeiro de 2019. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0%, a partir de janeiro de 2015; e de Capital Principal de 4,5%, desde outubro de 2013. Ficou estabelecido, ainda, a exigência de um adicional de capital principal de 1,25%, no período de abril de 2020 até março de 2021 e 1,625%, a partir de abril de 2021, nos termos da Resolução CMN nº 4.783/20 (2,50% de 2019 até março de 2020).

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
a) Patrimônio de Referência - PR (a = b + c)	1.119.377	1.034.558
b) Patrimônio de Referência Nível I	883.344	781.972
b.1) Capital Principal – CP	835.983	734.772
b.2) Capital Complementar - CC	47.361	47.200
- LFs Subordinadas	46.529	46.384
- Ajuste Participações de não controladores Nível I	832	816
c) Patrimônio de Referência Nível II	236.033	252.586
c.1) LFs Subordinadas	234.923	251.498
c.2) Ajuste Participações de não controladores do Nível II	1.110	1.088
d) Ativos Ponderados por Risco (RWA)	6.812.512	6.232.703
d.1) RWA Para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	5.925.333	5.290.346
d.2) RWA Para Risco de Mercado - RWA_{mpad}	6.935	2.721
d.3) RWA Para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	880.244	939.636
e) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA (e = d x 8,0%)	545.001	498.616
f) Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido (f = a - e)	574.376	535.942
g) Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA (g = d x 6,0%)	408.751	373.962
h) Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido (h = b - g)	474.593	408.010
i) Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA (i = d x 4,5%)	306.563	280.472
j) Margem sobre o Capital Principal Requerido (j = b.1 - i)	529.420	454.300
k) Valor Correspondente ao R_{ban}	108.983	112.732
l) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para R_{ban} (l = e + k)	653.984	611.348
m) Margem sobre o PR Considerando a R_{ban} (m = a - l)	465.393	423.210
n) Valor requerido de adicional de capital principal (n = d x 1,25% até março de 2021 e 1,625%, a partir de abril de 2021)	110.703	77.909
o) Índice de Basileia (o = a/d x 100)	16,43	16,60
p) Capital de Nível I (p = b/d x 100)	12,97	12,55
q) Capital Principal (q = b.1/d x 100)	12,27	11,79

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 29,28% (28,20% em dezembro de 2020).

18.1. RAZÃO DE ALAVANCAGEM

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**19.1. Transações entre partes relacionadas**

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Junho de 2021			
BMB	Controladas^(I)	Pessoal Chave^(II)	Total
Ativos	1.159	-	1.159
Outros Ativos	1.159	-	1.159
Outros Créditos	866	-	866
Dividendos/Juros a Receber	293	-	293
(Passivos)	(245.147)	(73.728)	(318.875)
Depósitos	(212.094)	(48.171)	(260.265)
Depósitos de poupança	-	(1.022)	(1.022)
Depósitos à Vista	(3.220)	(3.527)	(6.747)
Depósitos a prazo	(139.591)	(43.622)	(183.213)
Depósitos interfinanceiros	(69.283)	-	(69.283)
Captações no mercado aberto	(32.575)	-	(32.575)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(21.044)	(21.044)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(4.513)	(4.513)
Outros Passivos	(478)	(10.770)	(11.248)
JCP a Pagar	-	(10.770)	(10.770)
Outras Obrigações	(478)	-	(478)
Receitas / (Despesas)	(459)	1.163	704
Despesas da Intermediação Financeira	(2.561)	1.163	(1.398)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	2.102	-	2.102
Receitas de Prestação de Serviços	2.487	-	2.487
Outras Despesas Administrativas	(385)	-	(385)

^(I) Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

^(II) Controladores, pessoal chave da administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dezembro de 2020			
BMB	Controladas^(I)	Pessoal Chave^(II)	Total
Ativos	12.843	-	12.843
Outros Ativos	12.843	-	12.843
Outros Créditos	353	-	353
Dividendos/Juros a Receber	12.490	-	12.490
(Passivos)	(194.109)	(93.030)	(287.139)
Depósitos	(119.772)	(58.273)	(178.045)
Depósitos de poupança	-	(350)	(350)
Depósitos à Vista	(3.555)	(3.138)	(6.693)
Depósitos a prazo	(116.217)	(54.785)	(171.002)
Captações no mercado aberto	(73.366)	-	(73.366)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(15.861)	(15.861)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(4.507)	(4.507)
Outros Passivos	(971)	(14.389)	(15.360)
JCP a Pagar	-	(14.389)	(14.389)
Outras Obrigações	(971)	-	(971)
Junho de 2020			
Receitas / (Despesas)	(153)	(502)	(655)
Despesas da Intermediação Financeira	(2.723)	(495)	(3.218)
Outras Receitas /(Despesas) Operacionais	2.570	-	2.570
Receitas de Prestação de Serviços	2.644	-	2.644
Outras Despesas Administrativas	(74)	(7)	(81)

^(I) Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

^(II) Controladores, pessoal chave da administração.

19.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 20/04/2021, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 26.850.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (vide nota 22.2.). A remuneração variável refere-se à participação nos lucros aos administradores e corresponde a R\$ 1.748 e no consolidado no valor de R\$ 3.216 (Em junho de 2020 não ocorreu provisão de participação nos lucros aos administradores).

Até 30 de junho de 2021, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 30 de junho de 2021, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

19.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa de Assistência “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 30 de junho de 2021, o grupo patrocinador mantinha 19 (19 em dezembro de 2020) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 526 (532 em dezembro de 2020) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no exercício corresponderam a R\$ 835 (R\$ 821 em junho de 2020); MB Consolidado R\$ 838 (R\$ 824 em junho de 2020).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se:

- I. Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 10,05%
 - Taxa real de desconto: 3,99%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 5,82%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 5,82%
- II. Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 8,59%
 - Taxa real de desconto: 3,81%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 4,60%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 4,60%
 - Tábua de mortalidade geral: AT-2000 Suavizada em 10%

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de junho de 2021, elaborado com base nas demonstrações financeiras até maio de 2021, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A. – Patrocinador Líder.

O quadro a seguir apresenta o valor líquido de ativo x passivo e representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido.

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Obrigação de benefício definido	(42.795)	(48.250)
Valor justo do ativo do plano	23.271	26.179
Déficit Líquido	(19.524)	(22.071)

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.877/2000, cujo saldo monta em junho de 2021 em R\$ 10.738 (R\$ 12.139 em dezembro de 2020), líquidos dos efeitos tributários.

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano	
Saldo em 31/12/2020	26.179
Juros sobre o valor justo do ativo	3.694
Benefício pago pelo plano	(2.433)
Redimensionamento do valor justo dos ativos do plano	(4.169)
Saldo em 30/06/2021	23.271

Reconciliação da obrigação de benefício definido	
Saldo em 31/12/2020	(48.250)
Custo dos juros	(6.653)
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	2.433
Redimensionamento da obrigação	9.675
Efeito da alteração de premissas financeiras	2.209
Efeito da experiência do plano	7.466
Saldo em 30/06/2021	(42.795)

Análise de Sensibilidade para cada premissa atuarial significativa:

Taxa real de desconto	
1. Taxa real de desconto -1,0%	45.990
Premissa da análise	2,995%
2. Taxa real de desconto +1,0%	39.984
Premissa da análise	4,995%
Tábua Geral de Mortalidade	
1. Tábua de mortalidade suavizada em 15,0%	45.725
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	25,62
2. Tábua de mortalidade agravada em 15,0%	40.311
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	22,89

No que tange à exposição a riscos ligados ao Plano de Benefício Definido, os principais riscos que o Banco está exposto são: a) de inflação - a maioria dos benefícios são vinculados a índices de inflação, sendo que um aumento da inflação poderá levar a obrigações mais elevadas; b) de expectativa de vida - o plano proporciona benefícios assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada). Assim, um eventual aumento da expectativa de vida dos beneficiários do plano poderá levar a um aumento dos passivos do plano; c) de volatilidade dos ativos do plano - poderá haver um déficit atuarial, caso haja um descasamento entre o rendimento real dos investimentos do plano e o rendimento esperado, tendo em vista que o passivo atuarial é calculado com base em taxa de desconto definida com base no rendimento de títulos públicos.

21. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA**21.1. Rendas de operações de crédito**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Jun / 2020	Jun / 2021	Jun / 2020
Rendas de empréstimos e títulos descontados	965.125	848.119	988.264	874.763
Rendas de financiamentos	1.824	11.614	2.220	12.534
Rendas de financiamentos rurais	11.951	8.075	11.950	8.075
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	48.840	35.115	49.910	36.500
Total	1.027.740	902.923	1.052.344	931.872

21.2. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Jun / 2020	Jun / 2021	Jun / 2020
Depósitos	91.071	102.285	90.116	103.358
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	7.529	11.264	7.762	11.403
Operações compromissadas	2.204	5.487	1.487	4.165
Dívidas subordinadas ⁽¹⁾	-	235.647	-	235.647
Outras	5.983	4.426	6.041	4.572
Total	106.787	359.109	105.406	359.145

⁽¹⁾ As variações da receita/despesa de dívida subordinada decorrem, basicamente, da a liquidação da Dívida Subordinada, vencida em julho de 2020

22. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS**22.1. Receitas de prestação de serviços**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Jun / 2020	Jun / 2021	Jun / 2020
Administração de fundos de investimentos	-	-	1.032	981
Cartão de crédito	10.296	3.209	10.295	3.209
Cobrança	2.518	2.271	2.518	2.271
Custódia	4	7	151	160
Garantias prestadas	753	985	753	986
Outros serviços	290	4.587	548	4.758
Rendas de serviços prestados a ligadas	2.460	2.644	-	-
Comissão de seguro	-	-	49.118	23.327
Serviços de arrecadação	6.503	1.809	6.503	1.809
Serviços prestados	294	151	2.832	1.665
Tarifas bancárias – conta corrente	93.629	122.878	93.632	122.942
Total	116.747	138.541	167.382	162.108

22.2. Despesas de pessoal

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Jun / 2020	Jun / 2021	Jun / 2020
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	10.429	8.735	17.548	15.088
Proventos de funcionários	105.106	97.364	108.031	99.627
Benefícios	38.854	38.461	39.964	39.124
Encargos sociais	40.231	39.029	43.222	41.492
Indenizações	25.198	24.783	25.833	25.466
Contingências – constituição / (reversão)	1.522	(4.242)	620	(4.245)
Total	221.340	204.130	235.218	216.552

22.3. Outras despesas administrativas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Jun / 2020	Jun / 2021	Jun / 2020
Água, energia e gás	6.228	5.827	6.589	5.844
Aluguéis	40.639	34.968	41.592	35.067
Amortização e depreciação	30.253	25.917	30.786	26.023
Arrendamento de bens	-	1.392	-	1.392
Comunicações	7.335	5.764	7.525	5.764
Materiais, manutenção e conservação de bens	17.592	14.050	17.850	14.101
Processamento de dados	42.395	35.926	43.871	37.474
Propaganda, publicidade e publicações	6.236	4.016	7.644	4.884
Serviços de terceiros	110.211	92.713	111.452	94.220
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito	116.957	38.134	118.764	41.689
Serviços do sistema financeiro	7.547	7.416	7.370	7.700
Transportes	16.677	21.423	16.780	21.469
Outras	28.289	25.316	30.147	27.264
Total	430.359	312.862	440.370	322.891

22.4. Despesas tributárias

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Jun / 2020	Jun / 2021	Jun / 2020
ISSQN	5.790	6.868	7.179	7.570
COFINS	49.341	35.831	52.185	38.009
PIS	8.018	5.823	8.563	6.216
Outros tributos	3.647	3.127	6.689	3.350
Total	66.796	51.649	74.616	55.145

22.5. Outras receitas operacionais

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Jun / 2020	Jun / 2021	Jun / 2020
Variações monetárias ativas	1.197	1.646	1.354	1.963
Recuperação de encargos e despesas	7.082	5.196	7.556	5.636
Reversão de provisões ⁽¹⁾	8.158	24.802	9.198	25.543
Outras receitas	14.497	2.262	15.934	3.107
Total	30.934	33.906	34.042	36.249

⁽¹⁾ No primeiro semestre de 2020, refere-se a reversão de provisão excedente, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, relativa ao processo judicial que questionou a constitucionalidade da aplicação do FAP - Fator Acidentário de Prevenção, tendo em vista a liquidação

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

integral dos valores devidos, considerando os fatores recalculados por estabelecimentos, para o período de Janeiro de 2010 a Dezembro de 2015, disponibilizados pela própria Previdência Social.

22.6. Outras despesas operacionais

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Jun / 2020	Jun / 2021	Jun / 2020
Descontos concedidos ^(I)	28.395	15.569	29.218	16.307
Despesas de caráter eventual ^(II)	20.447	18.996	23.305	22.280
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	8.826	645	9.252	753
Variações monetárias passivas	1.075	920	1.147	1.043
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ^(III)	178.815	107.615	178.815	107.615
Outras despesas	28.816	12.638	29.277	14.096
Total	266.374	156.383	271.014	162.094

^(I) Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

^(II) Referem-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

^(III) Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

23. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Jun / 2020	Jun / 2021	Jun / 2020
Resultado na alienação de valores e bens ^(I)	6.320	(26.497)	6.324	(26.490)
Reversão / (Provisão) de outros valores e bens	(9.969)	19.750	(9.969)	19.750
Outras	288	(6.082)	244	(6.083)
Total	(3.361)	(12.829)	(3.401)	(12.823)

^(I) Refere-se aos bens recebidos em dação em pagamento.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2021	Jun / 2020	Jun / 2021	Jun / 2020
Resultado antes dos impostos e participações estatutárias	146.762	110.168	155.853	119.187
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo lucro presumido	-	-	(39.202)	(14.820)
(-) Participações dos administradores e empregados	(16.730)	(11.450)	(18.600)	(12.399)
Base de cálculo	130.032	98.718	98.051	91.968
Alíquota nominal	45%	45%	45%	45%
Despesa nominal	(58.514)	(44.423)	(44.123)	(41.386)
Ajustes à despesa nominal referentes:	28.470	19.291	13.248	13.027
Resultado de participações em coligadas e controladas	14.429	5.762	-	-
Despesas indedutíveis	(1.854)	(1.867)	(1.801)	(1.905)
Outras (adições) / exclusões permanentes	(1.729)	(230)	(3.111)	10.191
Ajuste de investimento no exterior	-	10.910	-	-
Efeito tributário da CSL – MP 1034/2021 (vide nota nº 9.c)	17.624	-	18.148	-
Efeito tributário da CSL – EC 103/2019	-	4.716	-	4.718
(-) Compensações da Base negativa de CSL e Prejuízo Fiscal	-	-	12	23
Deduções dos incentivos fiscais ^(I)	551	-	560	26
Impostos calculados sobre o lucro presumido	-	-	(6.024)	(4.260)
Despesa com IRPJ e CSL	(29.493)	(25.132)	(36.339)	(32.593)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

⁽¹⁾ Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT), do programa empresa cidadã e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no individual e consolidado, monta em R\$ 104.408 (R\$ 123.395 em dezembro de 2020).

b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 369.679 (R\$ 310.593 em dezembro de 2020).

c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo.

e) Em conformidade com o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade foram emitidas várias normas, interpretações e orientações, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo órgão regulador. Até o momento, foram aprovados pelo CMN e BACEN, os seguintes pronunciamentos:

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15.
- CPC 41 - Resultado por Ação Resolução – Aprovado parcialmente pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – Resolução CMN nº 4.748/19.

Não há previsão de quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e nem se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20, a partir de janeiro de 2022, todas as instituições, devem adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária. Até lá, permanece facultada a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas intermediárias em IFRS nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.447/10.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Banco Mercantil do Brasil S.A. disponibilizou em 27 de março de 2021 suas demonstrações financeiras em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2020 no site (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI) e na CVM.

f) Os resultados não recorrentes, conforme trata a Resolução BCB nº 2/20, no individual e no Consolidado, são os seguintes:

Descrição	MB Múltiplo		MB Consolidado	
	Jun / 2021	Jun / 2020	Jun / 2021	Jun / 2020
Reversão de provisões operacionais – FAP	-	13.341	-	13.341
Crédito Tributário majoração alíquota da CSL - EC 203/2019	4.716	-	4.718	-
Crédito Tributário majoração da CSL – MP 1034/2021 (vide nota nº 9.c)	17.624	-	18.148	-
Total	22.340	13.341	22.866	13.341

g) Os desafios da pandemia do coronavírus

Quanto à pandemia do coronavírus, as Autoridades Governamentais adotaram diversas ações no campo da saúde para enfrentamento da pandemia e nos campos social e econômico para minimizar os impactos decorrentes do necessário isolamento social. Para tanto, foram utilizados instrumentos de política monetária para garantir adequações na liquidez, crédito e capital, além dos necessários e prudentes ajustes fiscais.

O Mercantil do Brasil vem acompanhando a cada dia os impactos da pandemia do coronavírus em suas atividades empresariais, com providências tempestivas e convergentes ao cenário vivenciado a cada momento.

Nesse contexto, merecem destaque as principais providências adotadas para a regular continuidade operacional:

- Criação de comitê de crise composto por representantes de todos os níveis de governança da instituição, para acompanhamento da evolução dos efeitos do coronavírus e para deliberações tempestivas que possam garantir a manutenção segura das atividades e o adequado atendimento aos clientes.
- Adesão às orientações das autoridades sanitárias, promovendo o distanciamento social, que nos momentos mais críticos, alcançou cerca de 95% dos colaboradores não envolvidos em atividades essenciais presenciais, especialmente no atendimento aos clientes na rede de atendimento.
- Apoio aos colaboradores com fornecimento de itens de proteção individual e orientações para o trabalho presencial e com publicações diárias de boletins com orientações sobre cuidados com a saúde e riscos cibernéticos.
- Adoção de recursos tecnológicos disponíveis, viabilizando a continuidade do trabalho no sistema de *home office*, sem prejuízo às atividades normais.
- Implementação de amplo conjunto de medidas que têm assegurado a plena continuidade do atendimento aos clientes, em condições adequadas nos cerca de 280 pontos de atendimento, com rigorosa observância das recomendações das autoridades.

O MB mantém plena regularidade operacional, com o cumprimento fiel de suas rotinas de trabalho e observância dos prazos habituais de atividades, não utilizou e não vislumbra necessidade de recorrer às linhas de liquidez junto ao Banco Central do Brasil, regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional.

A duração dessa pandemia continua indeterminada e o MB, que tem foco prioritário nos beneficiários do INSS, continuará atento para a mensuração de eventuais impactos econômico-financeiros e a consequente adoção de ações mitigadoras dos riscos, com avaliação dinâmica da carteira de crédito e demais itens patrimoniais.

26. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil do Brasil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Gestão da Estratégia, Compliance e Riscos, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil do Brasil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos financeiros, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos do Mercantil do Brasil, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil do Brasil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.mercantildobrasil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Por risco de crédito, entende-se como a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito, Gente e Marketing, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil do Brasil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo e etc. Além disso, destaca-se a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil do Brasil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*.

Além disso, o Mercantil do Brasil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do saldo

Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil do Brasil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil do Brasil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

c) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira da instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco, priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se na metodologia padrão do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem de valor econômico adotada para mensuração e alocação de capital (parcela Rban) é o EVE (*Economic Value of Equity*), conforme a Circular Bacen nº 3.876/18, alterada pela Circular Bacen nº 3.938/19.

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Gerencialmente, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, o NII (*Net Interest Income*), que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base, e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na

regulamentação vigente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular Bacen nº 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente à Alta Administração.

De modo complementar, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e avaliação dos riscos e controles e a estratégia de resposta ao risco residual, seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com o objetivo de registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil. A partir da base de dados é possível identificar os motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os maiores motivos de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil do Brasil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil do Brasil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil do Brasil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes que são divulgados internamente. Todo o processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade contemplando a segmentação por meio da classificação dos terceiros com base em risco, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RWAopad está a cargo da Gerência de Demonstrações Financeiras, na Diretoria Executiva de Controladoria e a metodologia de cálculo adotada é a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Toda a metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, busca garantir a continuidade dos processos de negócios críticos à sobrevivência da Instituição em caso de crises que causem a interrupção das suas atividades mais críticas. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas.

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência, que contemplam também toda a estrutura de pessoal e logística disponibilizada para a continuidade dos negócios.

Periodicamente, os Planos de Contingência elaborados passam por testes, cujos relatórios, enviados inclusive à Alta Administração, orientam a atualização desses planos e buscam garantir a eficácia dos procedimentos descritos. Esse ciclo virtuoso permite ao Mercantil do Brasil manter sua Gestão de Continuidade dos Negócios em um processo de melhoria contínua.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Mercantil do Brasil contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também, o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como seus saldos de operações passivas. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil do Brasil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como, a relação da Instituição com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Andrade de Araújo – *Presidente*
Maurício de Faria Araujo – *Vice-Presidente*
José Ribeiro Vianna Neto – *Secretário*
André Luiz Figueiredo Brasil
Clarissa Nogueira de Araújo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Lauro Wilson da Silva
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETORIA

DIRETOR PRESIDENTE

Luiz Henrique Andrade de Araújo

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS

Carolina Marinho do Vale Duarte
Felipe Lopes Boff
Rodrigo Alexander Pizzani Queiroz
Simone Maria Ferreira Filgueiras Dutra
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
Valci Braga Rezende

DIRETORES

Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Ricardo Vieira Santiago

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
Euler Luiz de Oliveira Penido
Luciano Luiz Barsi
Marcos Paixão de Araújo
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Edson Eustáquio de Oliveira Penido
Sebastião Salvador Gamarano
Wellington Inácio

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC - MG 077.029/O-7

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

De acordo com o estabelecido em seu Regimento, compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente, da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

ATIVIDADES

No exercício de suas atividades, o Comitê realizou reuniões com representantes do Conselho de Administração e com os executivos responsáveis pelas principais áreas do Banco, enfatizando aspectos inerentes aos controles internos, gerenciamento de riscos e informações financeiras.

Nas reuniões com as equipes de auditoria interna e independente, verificou o cumprimento dos planejamentos anuais substancialmente executados, conheceu as metodologias utilizadas, a qualificação do corpo técnico e examinou as conclusões e principais recomendações.

Acompanhou, junto à Administração e à auditoria independente, o processo de preparação das demonstrações contábeis, avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, conheceu e debateu o teor do parecer emitido pela auditoria independente.

CONCLUSÕES

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

a) Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e complexidade dos negócios do Banco e são estruturados de modo a garantir a eficiência das operações, a geração dos correspondentes relatórios financeiros e observância às normas internas e externas a que se sujeitam essas operações. Tais controles são objeto de constante atenção por parte da Administração e vêm sendo permanentemente aprimorados. O Comitê não tem conhecimento de deficiências relevantes que possam comprometer a efetividade destes controles.

b) O Banco adota postura conservadora na avaliação de riscos e dispõe de instrumentos apropriados para sua gestão e mitigação. Desta forma, considera, inclusive, a opinião de advogados externos, com capacitação para se pronunciarem sobre o tema. Os riscos entendidos como prováveis, a partir daquela avaliação, foram refletidos nas demonstrações contábeis. Relativamente ao risco de crédito, a rentabilidade futura do banco está vinculada, dentre outros fatores, ao êxito das medidas tomadas ao longo dos anos-calendário de 2015 a 2020, as quais já se encontram parcialmente refletidas nas correspondentes demonstrações contábeis.

c) Os resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna não trouxeram ao conhecimento deste Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade do Banco.

d) O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sob os quais suporta sua conclusão acerca da integridade das demonstrações contábeis. O Comitê não tem conhecimento de situações que pudessem afetar a objetividade e independência dos auditores externos.

e) As demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2021 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Comitê não tem conhecimento de eventos relativos às empresas controladas pelo Banco que possam afetar a integridade destas demonstrações.

f) O Banco vem adotando medidas nos campos da saúde e dos negócios para minimizar os impactos da pandemia do coronavírus, com bons resultados e seguindo todas as recomendações das autoridades de saúde. A pandemia não impactou significativamente o resultado do Banco.

RECOMENDAÇÃO

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, considerando ainda, a inexistência de ressalvas por parte dos auditores externos, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações contábeis consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A., para a data-base de 30 de junho de 2021.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2021.

EDSON EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA PENIDO

SEBASTIÃO SALVADOR GAMARANO

WELLINGTON INÁCIO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Mercantil do Brasil S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as **demonstrações financeiras relativas ao 1º (primeiro) semestre de 2021**, bem como a destinação do resultado, e o **Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros**, que tem como objetivo a realização dos Créditos Tributários, trazidos a valor presente, em conformidade com as normas que regem o assunto, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2021.

CONSELHO FISCAL

Euler Luiz de Oliveira Penido

Marcos Paixão de Araújo

Afrânio Eustáquio Ribeiro

Yehuda Waisberg

Luciano Luiz Barsi

Banco Mercantil do Brasil S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
30 de junho de 2021
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil do Brasil S.A. e do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

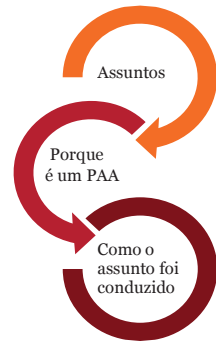
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Mercantil do Brasil S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do período anterior.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas Explicativas 2.3 e 7)

A apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamentos por parte da Administração do Banco.

A análise de risco de crédito da contraparte e mensuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é um processo que envolve utilização de várias premissas, cenários econômicos, avaliação da situação financeira da contraparte, dos níveis de inadimplência e garantias das carteiras, bem como, impacto da política de renegociação, dos valores estimados de recuperação e a aplicação das normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN no. 2682.

A Administração também considerou os impactos da Resolução CMN nº 4.803, de abril de 2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas no período da pandemia da Covid-19.

O uso de técnicas e premissas incorretas ou a aplicação indevida da regulamentação vigentes poderia resultar em estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa significativamente diferente.

Considerando o exposto acima, essa permanece sendo

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disso, executamos testes de auditoria focados na: (i) integridade da base de dados; (ii) premissas adotadas pela administração na mensuração do valor recuperável da carteira de crédito; (iii) identificação, aprovação, registro e monitoramento das operações, inclusive as renegociadas; (iv) processos estabelecidos pelo Banco para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil; e (v) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.

Realizamos, ainda, o entendimento dos procedimentos adotados pela Administração na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa em atendimento a Resolução CMN nº 4.803 de abril de 2020.

Adicionalmente, em base amostral, testamos as premissas adotadas para análise de risco das contrapartes, existência de garantias e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão com base nos referidos níveis de riscos atribuídos pela Administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados

Banco Mercantil do Brasil S.A.

Porque é um PAA

considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Reconhecimento e valor recuperável dos créditos tributários (Notas Explicativas 2.3 e 9)

O Banco apresenta saldo contábil relevante relativo a créditos tributários decorrentes, substancialmente, de diferenças temporárias e prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social.

Para o registro e a manutenção dos referidos créditos, a Administração elabora estudo de projeção de lucro tributário e de realização dos créditos tributários, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

O referido estudo envolve complexidade, aplicação de julgamentos e adoção de premissas subjetivas pela Administração.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram a obtenção do estudo de projeção de lucros tributários aprovado pelo Conselho de Administração.

Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco com as divulgadas no mercado, quando aplicável. Adicionalmente, confrontamos os dados históricos com as referidas projeções e efetuamos análise de aderência frente a Resolução 3.059 do Conselho Monetário Nacional.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da realização dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Provisões e passivos contingentes (Notas Explicativas 2.3 e 15)

O Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.

Assim, a mensuração e definição de reconhecimento de um passivo contingente, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração do Banco.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre a totalidade das bases de contingências e testes de aderência as respostas dos advogados externos.

Efetuamos testes em base amostral sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista.

Com relação aos processos individualizados, substancialmente processos de natureza tributária, a apuração é realizada periodicamente a partir da



Banco Mercantil do Brasil S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas a cada uma das ações. Analisamos a probabilidade de perda dos processos judiciais e administrativos significativos de acordo com a natureza de cada processo.

Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos relevantes, sobre a probabilidade de perda e o valor das causas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para passivos contingentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Bens não de uso próprio (Nota Explicativa 10.7)

O Banco possui registrado em seu ativo bens não destinados ao uso próprio, correspondentes a imóveis, veículos e máquinas e equipamentos, que foram retomados ou recebidos em dação de pagamento de operações de crédito inadimplentes.

Esses bens são ajustados ao seu valor recuperável, por meio de constituição de provisão que considera as características de cada classe de ativo.

Pela subjetividade e pelas diversas premissas utilizadas pela Administração no processo de mensuração que podem afetar significativamente a apuração do valor recuperável desses bens, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento das premissas utilizadas pela Administração para definição do valor recuperável dos bens, bem como realizamos análise da consistência dessas premissas com as adotadas em períodos anteriores.

Adicionalmente, realizamos, em base de testes, a revisão metodológica das premissas operacionais e financeiras utilizadas, bem como o recálculo desses montantes, de forma a avaliar a adequação dos valores apurados.

Consideramos que as premissas e metodologias adotadas pela Administração são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia

O processamento das transações do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e testamos a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia, controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios.

Banco Mercantil do Brasil S.A.

Porque é um PAA

Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações.

Portanto, o ambiente de tecnologia da informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e segurança de acessos a programas e banco de dados.

Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Banco Mercantil do Brasil S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de



Banco Mercantil do Brasil S.A.

continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento ao disposto no art. 25, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os Diretores do **Banco Mercantil do Brasil S.A. – “BMB”**, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do **BMB**, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas demonstrações.

Belo Horizonte/MG, 11 de agosto de 2021.

Diretor-Presidente

Luiz Henrique Andrade de Araújo

Vice-Presidente Executivo

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Executivos

Felipe Lopes Boff

Rodrigo Alexander Pizzani Queiroz

Simone Maria Ferreira Filgueiras Dutra

Taise Christine da Cruz

Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

Valci Braga Rezende

Carolina Marinho do Vale Duarte

Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Paulino Ramos Rodrigues

Diretores

Mariana Machado de Araújo de Souza Lima

Ricardo Vieira Santiago